

EDITAL COM INVERSÃO DE FASES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026
(Processo Administrativo nº 26669/2025)

A Prefeitura Municipal de BARREIRAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através do seu Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, com o regime de empreitada por preço global e critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a **Contratação de Empresa especializada na locação de veículos pesados, de forma atender as necessidades deste município, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria de municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte do Município de Barreiras – BA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.**

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h10min do dia 25/06/2026;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação- INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “LICITANET”, da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual- MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu (s) anexo (s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades na gestão da obra, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio na presente concorrência.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#);

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>. 5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Barreiras/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Barreiras/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DA INVERSÃO DE FASES - HABILITAÇÃO

5.1 A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da NLLC, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTES CERTAME.

5.2. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

5.3. O presente procedimento, fundamenta-se ainda, com base na justificativa emitida pela Secretaria requisitante, anexa aos autos.

6. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

6.1 Os (As) licitante (s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

6.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

6.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação;

6.2.2. A conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

6.2.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.4 A falsidade da declaração de que trata o item 6.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

6.7.1. Informar o preço unitário do (s) lote (s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

6.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

6.7.2. Evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

6.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

6.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 6.8.1;

6.8.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

6.9. Independentes dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

6.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

6.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço assinada de forma eletrônica, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.1.1. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Ao final do certame, deverá o licitante vencedor atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, mantendo-se a proporção de desconto para cada item, a fim de evitar jogo de planilhas.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

8.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

8.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.9 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.10 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.11 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.

8.12 Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**.

8.12.1 A disputa será aberta com duração de 15 (quinze) minutos.

8.12.2 Encerrado o prazo previsto no item 8.12.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.12.3 Encerrado o prazo previsto no item 8.12.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

8.12.3.1. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 8.12.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.13 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.12.1; 8.12.2 e 8.12.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.14 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

9.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

9.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

10. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

10.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

10.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 10.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

11.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

11.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

11.2.2. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

11.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

11.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

11.2.5 Em obediência ao Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro

documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo (a) Pregoeiro (a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

11.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 7.1 deste edital.

11.2.7. O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO VII, deverá dispor:

11.2.7.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

11.2.7.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

11.2.7.3 conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

11.2.7.4 conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

11.2.7.5 conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

11.2.7.6 Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

11.2.7.7 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

11.2.7.8 Conter declaração que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento do produto, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do contrato.

11.2.7.9 Os licitantes deverão enviar a proposta final com planilha de composição de custos unitários em anexo, comprovando a exequibilidade dos valores apresentados.

11.2.7.10 A licitante deverá apresentar em conjunto com a Proposta de Preços, as seguintes declarações:

- a) **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;
- b) **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;
- c) **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;
- d) **DECLARAÇÃO** informando **endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
- e) **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, **informando que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou**

entidade da Prefeitura Municipal de Barreiras.

11.2.7.11. DA GARANTIA DA PROPOSTA

11.2.7.11.1. Garantia da Proposta Será exigida garantia de proposta de preços correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, a ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.7.11.2. Validade da Garantia da Proposta A garantia da proposta deverá possuir validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação da proposta.

11.2.7.11.3. Execução da Garantia da Proposta A garantia da proposta será executada integralmente em caso de recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato ou em apresentar os documentos necessários à contratação.

11.2.7.11.4. Modalidades de Garantia As garantias poderão ser prestadas em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

12.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

12.2.1. Contiver vícios insanáveis;

12.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

12.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

12.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

12.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 12.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

12.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.2. Serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6.DA PROPOSTA

12.6.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12.6.2. Conter declaração que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento do produto, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do contrato.

12.6.3. Os licitantes deverão enviar a proposta final com planilha de composição de custos unitários em anexo, comprovando a exequibilidade dos valores apresentados.

12.6.4. A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação.

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1 Em razão da inversão de fases, a sessão será aberta com a verificação dos documentos de habilitação dos proponentes. Decidida a habilitação/inabilitação, haverá prazo de recurso conforme detalhado no item específico deste edital, e só após a conclusão da fase recursal se iniciará a fase de julgamento de propostas.

13.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema.

13.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema.**

13.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

13.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

13.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados neste edital.

13.7. HABILITAÇÕES JURÍDICA:

13.7.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.7.2. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

13.7.3. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.7.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.7.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.7.6. Não deve ser admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. No mais, a participação apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em casos de falhas.

13.8 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

13.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.8.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.8.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.8.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.8.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.8.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

13.8.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.9.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.9.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a) O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento extraídos do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial, juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

13.9.3 O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada à transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital- SPED).

a) O Balanço Patrimonial disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD deverá ainda acompanhar os seguintes documentos:

1. Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
2. Termo de abertura e de encerramento;
3. Demonstração do resultado e exercício;
4. Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

13.9.4 No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 (um) deverá apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

13.9.5 No caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, deverá apresentar Balanço patrimonial e demonstrações contábeis devidamente registrado na Junta Comercial apenas do último exercício.

13.9.6 A comprovação da boa situação Econômico-Financeira da empresa será avaliada pelos seguintes índices, apurados com base no balanço apresentado, os quais deverão vir com os respectivos valores inseridos nas fórmulas abaixo.

Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,50$

Índice de Endividamento Geral $\leq 0,50$

13.9.6.1 O demonstrativo dos cálculos para obtenção dos índices acima será realizado em conformidade com as fórmulas a seguir:

a) Índice de Liquidez Corrente

$ILC = \frac{AC}{PC}$

PC

b) Índice de Endividamento Geral

$EG = \frac{PC + ELP}{AT}$

AT

Sendo:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

13.9.6.2 As fórmulas em apreço deverão estar aplicadas em memorial de cálculos.

13.9.6.3. Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou lote pertinente, comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial.

13.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.10.1. A licitante deverá comprovar sua qualificação técnica e capacidade operacional mediante a apresentação cumulativa dos seguintes documentos:

13.10.1.1.Comprovação de Capacidade Técnica (Atestados): Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, em características, quantidades e complexidade operacional. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação, desde que demonstrem a execução de, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos relativos às parcelas de maior relevância do objeto, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL (100%)	QUANTIDADE MÍNIMA (50%)
1	Caminhões Pipa 10.000 L	2 unidades	1 unidade
2	Caminhões Pipa 15.000 L	4 unidades	2 unidades
3	Caminhões Pipa 20.000 L (Traçado)	6 unidades	3 unidades
4	Caminhões Basculantes 12 m ³	22 unidades	11 unidades
5	Prancha Carreta 20 toneladas	1 unidade	1 unidade
6	Caminhão 3/4	4 unidades	2 unidades
7	Caminhão Munck 4.000 kg	2 unidades	1 unidade
8	Caminhão Tanque (Limpa Fossa) 12 m ³	2 unidades	1 unidade
9	Caminhão Baú 9.000 kg	2 unidades	1 unidade
10	Caminhão de Abastecimento e Lubrificação	1 unidade	1 unidade

13.10.1.2.Comprovação da Disponibilidade e Aptidão Operacional da Frota (Laudo Técnico): A licitante deverá apresentar **Laudo Técnico** referente a, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** dos equipamentos constantes do lote único, conforme quantitativos mínimos definidos na tabela acima.

13.10.2.O laudo deverá:

13.10.2.1.Ser emitido por **profissional legalmente habilitado (Engenheiro Mecânico)**, com a devida **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**;

13.10.2.2.Possuir **data de emissão inferior a 01 (um) ano**;

13.10.2.3.Atestar expressamente a **qualidade, segurança e aptidão operacional dos veículos**.

Deverão constar, obrigatoriamente, no laudo:

13.10.2.4.Identificação completa dos veículos (modelo, ano, número de série ou chassi);

13.10.2.5.Registro fotográfico detalhado;

13.10.2.6.Comprovação de propriedade ou disponibilidade (CRV, contrato ou nota fiscal);

13.10.2.7.Checklist de inspeção técnica, contemplando, no mínimo:

13.10.2.7.1.Segurança e sinalização: cintos de segurança, extintor (validade e carga), buzina, alarme de ré, retrovisores e faixas refletivas;

13.10.2.7.2.Condições mecânicas e estruturais: eixos, suspensão, mangueiras, conexões e pneus;

13.10.2.7.3.Sistema elétrico e iluminação: faróis, setas, lanternas, luzes de freio e integridade da fiação;

13.10.2.7.4.Motor e sistemas auxiliares: filtros, óleos (motor e hidráulico), sistema de arrefecimento e sistema de partida.

13.10.3.A exigência de apresentação concomitante de atestados de capacidade técnica e laudo técnico da frota fundamenta-se na necessidade de comprovação **não apenas da experiência pretérita da licitante**, mas também da **efetiva disponibilidade e adequação dos equipamentos a serem empregados na execução contratual**.

13.10.4.Tal medida visa mitigar riscos de inexecução, paralisação dos serviços e utilização de equipamentos inadequados, assegurando a continuidade, eficiência e segurança operacional dos serviços públicos.

13.10.5.O percentual mínimo de **50% (cinquenta por cento)** foi estabelecido com base em critério de razoabilidade, garantindo uma amostragem representativa da frota, sem comprometer a competitividade do certame.

13.10.6.A exigência encontra respaldo no art. 42, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

13.10.7.PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

13.10.7.1.A contratada deverá apresentar, como condição para início da execução contratual, os seguintes documentos com validade vigente:

13.10.7.1.1.Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);

13.10.7.1.2.Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);

13.10.7.1.3.Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).

13.10.8.REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO (CRA)

13.10.8.1.A exigência fundamenta-se na natureza complexa e gerencial da contratação, que transcende a mera locação de veículos. A empresa contratada será responsável pela gestão contínua de uma força de trabalho operacional (motoristas e operadores), o que envolve atividades de planejamento e gestão de escalas, substituição de profissionais, coordenação logística em múltiplas frentes e controle operacional e administrativo das equipes. Essas atribuições, que envolvem organização, planejamento, controle e direção de recursos humanos e materiais, são típicas da área de Administração, conforme a Lei Federal nº 4.769/1965. A presença de um profissional ou empresa registrada no CRA-BA assegura que a gestão desses aspectos críticos será conduzida por profissionais habilitados e fiscalizados por um órgão de classe, garantindo a qualidade técnica e a conformidade com as melhores práticas de gestão, minimizando riscos de falhas operacionais e trabalhistas para a Administração Pública.

13.10.9.Adicionalmente, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será exigida a apresentação de atestado (s) devidamente registrado (s) ou averbado(s) no CRA-BA, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação. Tal comprovação deverá demonstrar a execução mínima correspondente a **50% (cinquenta por cento) das diárias previstas para cada tipo de veículo**, conforme quantitativos estabelecidos nesta contratação.

13.10.10.Segue abaixo as quantidades mínimas exigidas para fins de comprovação da capacidade técnica, as quais serão detalhadas em tabela específica.

ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS	MÍNIMO
		12 MESES	50%
1.0	ALUGUEL DE VEÍCULOS PESADOS		
1.1	Caminhão Pipa 10.000 L	552	276
1.2	Caminhão Pipa 15.000 L	1.056	528
1.3	Caminhão Pipa 20.000 L (Traçado 6x4)	1.512	756
1.4	Caminhão Basculante 12 m ³ (Truck)	6.072	3036
1.5	Pracha Carreta 3 eixos	276	138
1.6	Caminhão 3/4 (Carroceria)	1.104	552
1.7	Caminhão Munk	552	276
1.8	Caminhão Tanque (Limpa Fossa)	504	252
1.9	Caminhão Baú	552	276
1.10	Caminhão de Abastecimento (Comboio)	276	138

13.10.11. Ressalta-se que a presente exigência se refere exclusivamente à comprovação da capacidade técnico-operacional vinculada à gestão administrativa e operacional dos serviços, no âmbito do CRA-BA. **Permanece inalterada a exigência de atestado de capacidade técnica relativa à quantidade de veículos**, já estabelecida em tópico anterior deste instrumento convocatório, não havendo sobreposição, mas sim complementação entre os requisitos de qualificação técnica.

13.10.12.A exigência ora estabelecida visa assegurar que a empresa licitante possui experiência prévia suficiente na gestão operacional e logística de frota em escala compatível com a demanda da Administração, garantindo maior segurança na execução contratual, continuidade dos serviços e mitigação de riscos operacionais.

13.10.13.COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

13.10.13.1.A licitante deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços objeto desta contratação. Em conformidade com o parágrafo 5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será admitido o somatório de atestados de períodos diferentes para a comprovação desse prazo, não havendo a obrigatoriedade de que os 3 (três) anos sejam ininterruptos.

13.10.13.2.A exigência fundamenta-se na complexidade e criticidade das operações, que demandam um alto grau de especialização, maturidade na gestão de equipes e capacidade de resposta a imprevistos operacionais e logísticos. A experiência prévia de 3 anos assegura que a empresa possui um histórico comprovado de atuação, o que se traduz em maior segurança, eficiência e redução de riscos de interrupção dos serviços públicos essenciais para o Município de Barreiras.

13.10.14.CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

13.10.14.1.A contratação também requer que a contratada atenda a critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, os quais devem ser aplicados no momento da execução do objeto, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, relativos a locação dos equipamento e, apresentar na contratação e manter durante toda a vigência da contratação as seguintes práticas de sustentabilidade:

13.10.14.1.1.Preferência por máquinas com motores que atendam aos padrões de emissões **Proconve MAR-I / MAR-II (ou equivalentes ao EURO III, IV etc.)**

13.10.14.1.2.Equipamentos com **tecnologia de economia de combustível** e menor emissão de CO₂, NOx e material particulado.

13.10.14.1.3.Garantia de que as máquinas estão com a **manutenção em dia**, evitando vazamentos de óleo, fumaça excessiva e perdas de eficiência.

13.10.14.1.4.Utilização de **biodiesel (B10 ou superior)**, **diesel S-10** ou outros combustíveis com menor impacto ambiental.

13.10.14.5.Possibilidade de uso de aditivos que **reduzem emissões e aumentam rendimento**.

13.10.14.6.Responsabilidade da empresa contratada pela **destinação adequada de resíduos gerados**, como filtros, óleos lubrificantes, graxas e peças substituídas.

13.10.14.7.Capacitação dos operadores quanto ao **uso consciente dos recursos naturais**, condução econômica e prevenção de impactos ambientais.

13.10.14.8.Máquinas com **nível de ruído dentro dos limites legais** (especialmente em áreas urbanas ou próximas a zonas sensíveis como hospitais e escolas).

14. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1.Unidade: 03.14.01 – Sec. Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte

Projeto/Atividade: 20479 – Estruturação e Reequipamento da Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serv. Públicos e transportes.

Classificação orçamentária: 33.90.39- Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500- Recursos não vinculados de impostos

15. DOS REQUISITOS E EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1.VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais.

Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

15.2 LOCAL E CONDIÇÕES DE RETIRADA/RECEBIMENTO

15.2.1. Os veículos deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato.

15.2.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, conforme a demanda da Administração, atendendo às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte.

15.2.3. Os veículos deverão ser apresentados, preferencialmente, na Garagem Municipal da Prefeitura de Barreiras, localizada na Rua das Turbinas, Bairro Barreirinhas, ou em outro local previamente definido pela CONTRATANTE.

15.2.4. A utilização dos veículos será formalizada por meio de requisições ou ordens de serviço emitidas pela Administração, contendo as informações essenciais para a execução dos serviços, tais como identificação da demanda, local e período de utilização.

15.2.5. Em caso de falha, defeito ou inadequação dos veículos, a contratada deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus adicional para a Administração.

15.2.6. Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não obrigando a Administração à sua utilização integral, sendo a execução condicionada à necessidade do serviço.

15.3. GARANTIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

15.3.1. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, com todas as manutenções preventivas e corretivas devidamente realizadas.

15.3.2. Caso sejam constatadas irregularidades, a contratada deverá promover a imediata substituição do veículo, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

16.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento, incluindo boletins de medição com demonstrativo de execução dos serviços.

16.2. O pagamento será realizado mediante apresentação da nota fiscal correspondente a execução do serviço em até 20 (vinte) dias após o atesto da Secretaria Solicitante.

16.3. Para efeito de pagamento, a Contabilidade consultará a regularidade da empresa junto ao SICAF. Se constar documentos vencidos ou não estando à mesma cadastrada no Sistema, deverá apresentar os seguintes documentos:

- I. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

- II. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- III. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- IV. Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

16.4. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da Contratada.

17. DAS OBRIGAÇÕES

17.1 DO CONTRATADO

- 17.1.1. Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e do contrato.
- 17.1.2. Disponibilizar veículos em condições adequadas de uso, segurança e operação contínua
- 17.1.3. Fornecer motoristas devidamente habilitados e operadores qualificados, quando aplicável, sendo de sua inteira responsabilidade a contratação, gestão e substituição desses profissionais.
- 17.1.4. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo substituição de peças e componentes.
- 17.1.5. Substituir veículos ou profissionais sempre que constatada inadequação, no prazo estabelecido.
- 17.1.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 17.1.7. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.
- 17.1.8. Manter seguros obrigatórios e cobertura contra danos a terceiros.
- 17.1.9. Subcontratar somente nas condições previstas neste Termo de Referência.
- 17.1.10. Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações solicitadas.
- 17.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 17.1.12. Comunicar à Administração quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução dos serviços.

17.2. DA CONTRATANTE

- 17.2.1. Fornecer as informações necessárias para a execução dos serviços;
- 17.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- 17.2.3. Notificar a contratada sobre irregularidades verificadas;
- 17.2.4. Efetuar os pagamentos devidos, conforme condições estabelecidas;
- 17.2.5. Disponibilizar o combustível necessário à operação dos veículos;
- 17.2.6. Emitir atestado de capacidade técnica, quando solicitado, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

18. DAS PENALIDADES – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV. Multa:

- 1. moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
- 2. multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- 3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

18.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

18.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

18.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

18.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

18.12. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

19.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

19.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

19.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

20. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

20.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

20.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

20.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

20.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

20.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

20.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

20.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

20.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até **50% (cinquenta por cento)** da frota, desde que previamente aprovada pela Administração.

21.2 A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da contratada pela execução do contrato, nem poderá comprometer a qualidade, padronização e continuidade dos serviços.

22. DO REAJUSTE

22.1.O contrato poderá ser reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado que serviu de base para a contratação, adotando-se como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, na forma do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

23. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

23.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

23.3.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

23.4.O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

23.5.O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

23.6.O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

23.7.O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

23.8.Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

23.9.A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

23.10.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

23.11.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

23.12.Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.

23.13.Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

23.14.O servidor responsável pela fiscalização do contrato e pela gestão do mesmo será feito por meio de portaria de nomeação publicada no diário oficial do município.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

27.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

27.3. As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

27.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro

28. FORO

28.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1 Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de referência
Anexo II	Estudo Técnico Preliminar
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo V	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VI	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VII	Modelo de proposta de preço

29.2 – Este Edital contém 88 (oitenta e oito) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Barreiras/BA, 09 de junho de 2026.

BRUNO JOSÉ CASTRO
Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes
Prefeitura Municipal de Barreiras/BA

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, COM DISPONIBILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DE MOTORISTAS E OPERADORES, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE DE BARREIRAS/BA. DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

1.2. Os serviços compreendem a disponibilização dos veículos em plenas condições de funcionamento, incluindo mão de obra qualificada para condução e operação, manutenção, seguro e demais encargos necessários à execução contratual.

1.3. O objeto desta contratação se enquadra como sendo de **bem comum**, conforme artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. O artigo 20 da Lei nº 14.133/2021 proíbe a aquisição de artigos de luxo para suprir as demandas da Administração Pública, determinando que os itens devem ter qualidade comum. O objeto desta contratação não possui características de ostentação ou requinte, sendo considerado bem comum e não considerado artigo de luxo.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. QUANTITATIVOS E DESCRIÇÃO DOS ITENS

2.1.1. Os quantitativos especificados abaixo foram obtidos através do memorial de cálculo anexo a este TR e no ETP realizado anteriormente. Serão licitados em **lote único** com os dez itens.

2.1.2. O valor total da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	DIÁRIAS 12 MESES	REQUISITOS MÍNIMOS
1.0 ALUGUEL DE VEÍCULOS PESADOS				
1.1	Caminhão Pipa 10.000 L	2	552	Tanque em aço de 10.000L, equipado com bomba de recalque, esguichos (frontal/traseiro), barra espargidora e mangueiras. Inclui motorista habilitado.
1.2	Caminhão Pipa 15.000 L	4	1.056	Tanque em aço de 15.000L, equipado com bomba de recalque, esguichos (frontal/traseiro), barra espargidora e mangueiras. Inclui motorista habilitado.
1.3	Caminhão Pipa 20.000 L (Traçado 6x4)	6	1.512	Tração 6x4, tanque em aço de 20.000L, equipado com bomba de recalque, esguichos, barra espargidora e mangueiras. Inclui motorista habilitado.
1.4	Caminhão Basculante 12 m ³ (Truck)	22	6.072	Caçamba de 12 m ³ com acionamento hidráulico reforçado e sistema de segurança (trava e sinalização). Inclui motorista habilitado.
1.5	Pracha Carreta 3 eixos	1	276	Capacidade mínima de 20 toneladas, equipada com rampas hidráulicas ou manuais para acesso de máquinas. Inclui motorista habilitado.
1.6	Caminhão 3/4 (Carroceria)	4	1.104	Capacidade mínima de 7.000 Kg, equipado com carroceria de madeira ou metal em perfeitas condições. Inclui motorista habilitado.

1.7	Caminhão Munk	2	552	Capacidade mínima de içamento de 4.000 Kg, com lança de alcance compatível e patolas de estabilização. Inclui operador habilitado e Motorista habilitado.
1.8	Caminhão Tanque (Limpa Fossa)	2	504	Tanque de 12 m ³ , equipado com bomba de vácuo de alta sucção e mangotes de 50 metros. Inclui operador habilitado.
1.9	Caminhão Baú	2	552	Capacidade mínima de 9.000 Kg, baú fechado com portas traseiras e sistema de vedação contra intempéries. Inclui motorista habilitado.
1.10	Caminhão de Abastecimento (Comboio)	1	276	Tanque de diesel 5.000 L, compartimentos selados para óleos lubrificantes e água. Inclui motorista habilitado.

2.2.CONDIÇÕES GERAIS

2.2.1.Todos os veículos deverão ser disponibilizados com motoristas e operadores devidamente habilitados, conforme a natureza de cada equipamento.

2.2.2.Os veículos deverão estar em plenas condições de funcionamento, segurança e operação contínua, atendendo às normas vigentes.

2.2.3.A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva, bem como pela substituição dos veículos em caso de falha ou indisponibilidade.

2.2.4.O fornecimento de combustível será de responsabilidade da Administração.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1.A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos pesados, com disponibilização de motoristas e operadores, constitui medida de interesse público, visando atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte do Município de Barreiras/BA.

3.2.A referida Secretaria é responsável pela execução, coordenação e manutenção de serviços essenciais de infraestrutura urbana e rural, os quais demandam o uso contínuo e intensivo de veículos pesados e equipamentos especializados, abrangendo atividades como transporte e distribuição de água, transporte de materiais, execução de serviços de terraplenagem, manutenção de vias urbanas e rurais, apoio logístico às frentes de obras, movimentação e içamento de cargas, além de serviços complementares de infraestrutura.

3.3.O Município de Barreiras/BA possui extensa área territorial, superior a 8.000 km², abrangendo a sede urbana e aproximadamente 149 comunidades rurais, cujo acesso se dá predominantemente por estradas vicinais não pavimentadas, com trechos que podem atingir até 70 km de extensão. A manutenção contínua dessa malha viária exige a utilização de frota robusta, diversificada e em plenas condições operacionais, não sendo plenamente atendida pela frota própria municipal, que apresenta limitações quantitativas e qualitativas, além de desgaste decorrente do uso contínuo.

3.4.As condições climáticas da região, marcadas por períodos de chuvas intensas, que ocasionam erosões, atoleiros e interdições de vias, seguidos por períodos de estiagem severa, impõem à Administração a necessidade de respostas rápidas e eficazes. A indisponibilidade de equipamentos adequados compromete diretamente o escoamento da produção agropecuária, o transporte escolar rural, o acesso a serviços essenciais, como saúde e segurança pública, bem como a mobilidade da população nas áreas mais remotas.

3.5.Nesse contexto, a demanda apresenta caráter contínuo, dinâmico e simultâneo, exigindo a disponibilização imediata de equipamentos em múltiplas frentes de trabalho, de forma a garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos.

3.6.A solução adotada contempla o ciclo completo de disponibilização e operação dos veículos e equipamentos, abrangendo mobilização, operação contínua, manutenção preventiva e corretiva, bem como a substituição imediata em caso de indisponibilidade, assegurando a continuidade dos serviços e a mitigação de riscos operacionais.

3.7.A execução contratual envolve a gestão simultânea de múltiplas frentes de serviço, com coordenação de equipes de motoristas e operadores, controle de disponibilidade da frota e planejamento logístico, evidenciando a complexidade operacional da contratação.

3.8.A diversidade dos veículos e equipamentos a serem contratados atende a necessidades específicas e complementares das operações de manutenção de infraestrutura e serviços públicos, destacando-se:

- **Caminhões Pipa (10.000 L, 15.000 L e 20.000 L):** Essenciais para a umectação de vias não pavimentadas (controle de poeira), apoio a obras de terraplenagem e compactação de solo, além do abastecimento emergencial de água potável em comunidades rurais afetadas pela estiagem. Destaca-se a necessidade do caminhão pipa de 20.000 L com tração 6x4 (traçado), imprescindível para garantir o acesso a terrenos acidentados e estradas de barro em condições severas de trafegabilidade;
- **Caminhão Basculante 12 m³ (Truck):** Fundamental para o transporte de materiais granulares, como terra, cascalho, areia e brita, utilizados na recuperação e manutenção de estradas vicinais, bem como na remoção de entulhos em vias urbanas;
- **Prancha Carreta 3 Eixos:** Equipamento indispensável para a mobilização e desmobilização de máquinas pesadas, como motoniveladoras, pás carregadeiras e escavadeiras, garantindo maior segurança no transporte e evitando o desgaste prematuro dos equipamentos;
- **Caminhão Munck:** Necessário para o içamento, carga, descarga e transporte de materiais pesados e estruturas, como tubos de concreto, aduelas, postes e transformadores, viabilizando a execução de obras de drenagem e obras de arte especiais;
- **Caminhão Tanque (Limpa Fossa):** Essencial para a manutenção de sistemas de esgotamento sanitário em prédios públicos localizados em áreas sem rede coletora, prevenindo riscos à saúde pública e impactos ambientais;
- **Caminhões de Apoio Logístico (3/4 Carroceria e Baú):** Responsáveis pelo transporte de equipes, ferramentas, insumos, materiais diversos, sinalização viária, medicamentos e merenda escolar, garantindo suporte às frentes de trabalho;
- **Caminhão de Abastecimento (Comboio):** Estratégico para o abastecimento de combustível e lubrificação em campo das frentes de trabalho mecanizadas, evitando deslocamentos improdutivos até a base e aumentando a eficiência operacional.

3.9.A contratação mostra-se necessária diante da insuficiência da frota própria e da necessidade de garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados, os quais possuem natureza contínua e essencial, não podendo sofrer interrupções sem prejuízo à coletividade.

3.10.A solução proposta prevê a locação de veículos com manutenção sob responsabilidade da contratada, incluindo a disponibilização obrigatória de motoristas para todos os veículos, bem como operadores especializados para os equipamentos que demandam operação técnica específica, assegurando maior eficiência, segurança operacional e adequada distribuição de responsabilidades contratuais.

3.11.A opção pela locação, em detrimento da aquisição, demonstra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, ao assegurar a disponibilidade imediata dos equipamentos, transferir à contratada os custos e riscos relacionados à manutenção, reposição de peças, seguros e depreciação, além de reduzir custos administrativos e operacionais e proporcionar maior flexibilidade na gestão da frota.

3.12.A modelagem da contratação considerou os principais riscos operacionais envolvidos, adotando medidas que asseguram a continuidade dos serviços e a mitigação de eventuais falhas na disponibilização dos equipamentos.

3.13.A presente contratação visa dar continuidade aos serviços anteriormente executados por meio do Contrato nº 254/2021, encontrando-se alinhada ao planejamento setorial da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte – SEINFRA, de modo a assegurar a manutenção das atividades essenciais e a adequada prestação dos serviços públicos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

4.1.A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na locação de veículos pesados, com disponibilização obrigatória de motoristas para todos os veículos e operadores qualificados para os equipamentos que demandem operação técnica específica, incluindo serviços de manutenção preventiva e corretiva, de forma contínua durante o período contratual, visando atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte do Município de Barreiras – BA.

4.2.A contratação não se limita à mera disponibilização dos veículos, abrangendo um conjunto integrado de serviços que asseguram sua plena operacionalidade, incluindo gestão da mão de obra, manutenção integral da frota, suporte técnico, regularização documental e garantia de disponibilidade contínua dos equipamentos, de modo a assegurar a eficiência, segurança e continuidade dos serviços públicos.

4.3.O ciclo de vida do objeto contempla desde a disponibilização inicial dos veículos em plenas condições de uso, passando pelo suporte técnico e manutenção contínua, até a desmobilização ao final do contrato. A contratada será responsável por assegurar que os veículos estejam sempre em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes, evitando interrupções na prestação dos serviços.

4.4.A solução contempla a locação de diferentes tipos de veículos pesados, como caminhão pipa, caminhão basculante, prancha, caminhão Munck, entre outros, conforme especificação definida neste Termo de Referência, todos em perfeito estado de funcionamento, com documentação atualizada, seguro vigente e com disponibilização de motoristas e operadores capacitados, devidamente habilitados e treinados para a execução segura e eficiente dos serviços.

4.5.Essa modelagem proporciona maior agilidade na execução dos serviços públicos, redução de custos com aquisição e manutenção de frota própria, além de maior flexibilidade e eficiência na alocação dos recursos conforme a demanda da Administração.

4.6.O fornecimento de combustível será de responsabilidade da Administração, não estando incluído nos custos da contratação.

4.1.FASE DE MOBILIZAÇÃO

4.1.1.Corresponde à etapa inicial da contratação, na qual a contratada deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de funcionamento, devidamente regularizados, com documentação válida, seguros vigentes e atendendo às exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.2.Os veículos deverão ser disponibilizados acompanhados de motoristas devidamente habilitados, com CNH compatível com a categoria exigida, bem como operadores especializados para os equipamentos que demandem operação técnica específica.

4.1.3.A Administração poderá realizar vistoria prévia para verificação das condições de segurança, estado de conservação e conformidade dos veículos antes do início da execução contratual.

4.2.FASE DE OPERAÇÃO (EXECUÇÃO CONTRATUAL)

4.2.1.Durante a execução contratual, os veículos deverão estar disponíveis de forma contínua, garantindo atendimento simultâneo às diversas frentes de trabalho da Administração, tanto na zona urbana quanto rural.

4.2.2.A solução contempla:

- Disponibilização obrigatória de motoristas para todos os veículos;
- Disponibilização de operadores especializados para equipamentos que exigem operação técnica específica;
- Execução de serviços de transporte, apoio logístico, manutenção de vias urbanas e rurais e demais atividades correlatas;
- Atuação simultânea em múltiplas frentes de serviço;
- Suporte às demandas operacionais da Secretaria.

4.2.3.A gestão da operação, incluindo controle de disponibilidade da frota, substituição de profissionais, organização das equipes e planejamento logístico, será de responsabilidade da contratada.

4.3.MANUTENÇÃO E SUPORTE OPERACIONAL

4.3.1.A contratada será responsável por garantir o pleno funcionamento dos veículos durante toda a execução contratual, assegurando sua disponibilidade contínua.

4.3.2.Incluem-se nessa responsabilidade:

- Manutenção preventiva e corretiva;
- Substituição de peças e componentes;
- Reparos mecânicos, elétricos e estruturais;
- Garantia das condições de segurança e operação;
- Suporte técnico necessário à execução dos serviços.

4.3.3.Em caso de falha ou indisponibilidade, a contratada deverá realizar a imediata regularização ou substituição do veículo, garantindo a continuidade dos serviços e evitando prejuízos à Administração.

4.4.RESPONSABILIDADES OPERACIONAIS

4.4.1.A contratada será responsável por:

- Disponibilização dos veículos e equipamentos;
- Fornecimento de motoristas e operadores;
- Gestão da mão de obra envolvida na execução;
- Manutenção integral da frota;
- Seguros obrigatórios;
- Regularização e licenciamento dos veículos;
- Cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

4.4.2.A Administração será responsável pelo fornecimento de combustível necessário à operação dos veículos.

4.5.FASE DE DESMOBILIZAÇÃO

4.5.1.Ao término da vigência contratual, a contratada será responsável pela retirada dos veículos, não havendo geração de ônus adicionais para a Administração relacionados à desmobilização, descarte ou depreciação de ativos.

4.5.2.Essa sistemática assegura maior eficiência administrativa e evita a geração de passivos relacionados à gestão de frota própria.

4.6.RESULTADOS ESPERADOS DA SOLUÇÃO

4.6.1.A solução adotada visa assegurar:

- Continuidade dos serviços públicos essenciais;
- Atendimento simultâneo das demandas operacionais;
- Maior eficiência na execução das atividades de infraestrutura;
- Redução do tempo de indisponibilidade dos equipamentos;
- Otimização dos recursos públicos;
- Flexibilidade na gestão da frota;
- Segurança operacional e jurídica da contratação.

5. REQUISITOS E EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1.VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais.

Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5.2.LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2.1.Os veículos deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato.

5.2.2.A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, conforme a demanda da Administração, atendendo às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte.

5.2.3.Os veículos deverão ser apresentados, preferencialmente, na Garagem Municipal da Prefeitura de Barreiras, localizada na Rua das Turbinas, Bairro Barreirinhas, ou em outro local previamente definido pela CONTRATANTE.

5.2.4.A utilização dos veículos será formalizada por meio de requisições ou ordens de serviço emitidas pela Administração, contendo as informações essenciais para a execução dos serviços, tais como identificação da demanda, local e período de utilização.

5.2.5.Em caso de falha, defeito ou inadequação dos veículos, a contratada deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus adicional para a Administração.

5.2.6.Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não obrigando a Administração à sua utilização integral, sendo a execução condicionada à necessidade do serviço.

5.3.GARANTIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

5.3.1.Os veículos deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, com todas as manutenções preventivas e corretivas devidamente realizadas.

5.3.2.Caso sejam constatadas irregularidades, a contratada deverá promover a imediata substituição do veículo, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

5.4.RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.4.1.Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e do contrato.

5.5.2.Disponibilizar veículos em condições adequadas de uso, segurança e operação contínua

5.5.3.Fornecer motoristas devidamente habilitados e operadores qualificados, quando aplicável, sendo de sua inteira responsabilidade a contratação, gestão e substituição desses profissionais.

5.5.4.Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo substituição de peças e componentes.

5.5.5.Substituir veículos ou profissionais sempre que constatada inadequação, no prazo estabelecido.

5.5.6.Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

5.5.7.Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

5.5.8.Manter seguros obrigatórios e cobertura contra danos a terceiros.

5.5.9.Subcontratar somente nas condições previstas neste Termo de Referência.

5.5.10.Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações solicitadas.

5.5.11.Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.5.12.Comunicar à Administração quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução dos serviços.

5.5.RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.5.1.Fornecer as informações necessárias para a execução dos serviços;

5.5.2.Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

5.5.3.Notificar a contratada sobre irregularidades verificadas;

5.5.4.Efetuar os pagamentos devidos, conforme condições estabelecidas;

5.5.5.Disponibilizar o combustível necessário à operação dos veículos;

5.5.6.Emitir atestado de capacidade técnica, quando solicitado, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

5.6.SUBCONTRATAÇÃO

5.6.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até **50% (cinquenta por cento)** da frota, desde que previamente aprovada pela Administração.

5.6.2 A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da contratada pela execução do contrato, nem poderá comprometer a qualidade, padronização e continuidade dos serviços.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DE PROPOSTA DE PREÇOS E CONTRATUAL

6.1. Garantia da Proposta Será exigida garantia de proposta de preços correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, a ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Validade da Garantia da Proposta A garantia da proposta deverá possuir validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação da proposta.

6.3. Execução da Garantia da Proposta A garantia da proposta será executada integralmente em caso de recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato ou em apresentar os documentos necessários à contratação.

6.4. Garantia Contratual Será exigida garantia da execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, a ser apresentada no momento da assinatura, conforme art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Modalidades de Garantia As garantias poderão ser prestadas em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.9.A inadiplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.10.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.11.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.12.Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.

7.13.Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.14.O servidor responsável pela fiscalização do contrato e pela gestão do mesmo será feito por meio de portaria de nomeação publicada no diário oficial do município.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS MEDIANTE O USO DO PREGÃO ELETRÔNICO

8.1.O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de licitação na modalidade PREGÃO e formato eletrônico, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

8.2.As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme artigo 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa prestadora de serviço e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5.Caso conste na Consulta de Situação do Prestador de Serviço a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7.O prestador de serviço será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9.Caso atendidas as condições para contratação, será verificada a documentação de habilitação.

8.10.É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação de habilitação.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o prestador de serviço for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o prestador de serviço for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de prestador de serviço matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de contratação, deverá o prestador de serviços comprovar os requisitos de habilitação gerais.

8.15. Não deve ser admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. No mais, a participação apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em casos de falhas.

8.16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.16.1. A licitante deverá comprovar sua qualificação técnica e capacidade operacional mediante a apresentação cumulativa dos seguintes documentos:

a) **Comprovação de Capacidade Técnica (Atestados):** Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, em características, quantidades e complexidade operacional. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação, desde que demonstrem a execução de, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos relativos às parcelas de maior relevância do objeto, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL (100%)	QUANTIDADE MÍNIMA (50%)
1	Caminhões Pipa 10.000 L	2 unidades	1 unidade
2	Caminhões Pipa 15.000 L	4 unidades	2 unidades
3	Caminhões Pipa 20.000 L (Traçado)	6 unidades	3 unidades
4	Caminhões Basculantes 12 m ³	22 unidades	11 unidades
5	Prancha Carreta 20 toneladas	1 unidade	1 unidade
6	Caminhão 3/4	4 unidades	2 unidades
7	Caminhão Munck 4.000 kg	2 unidades	1 unidade
8	Caminhão Tanque (Limpa Fossa) 12 m ³	2 unidades	1 unidade
9	Caminhão Baú 9.000 kg	2 unidades	1 unidade

10	Caminhão de Abastecimento e Lubrificação	1 unidade	1 unidade
----	--	-----------	-----------

b) **Comprovação da Disponibilidade e Aptidão Operacional da Frota (Laudo Técnico):** A licitante deverá apresentar **Laudo Técnico** referente a, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) dos equipamentos** constantes do lote único, conforme quantitativos mínimos definidos na tabela acima.

O laudo deverá:

- Ser emitido por **profissional legalmente habilitado (Engenheiro Mecânico)**, com a devida **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**;
- Possuir **data de emissão inferior a 01 (um) ano**;
- Atestar expressamente a **qualidade, segurança e aptidão operacional dos veículos**.

Deverão constar, obrigatoriamente, no laudo:

- Identificação completa dos veículos (modelo, ano, número de série ou chassi);
- Registro fotográfico detalhado;
- Comprovação de propriedade ou disponibilidade (CRV, contrato ou nota fiscal);
- Checklist de inspeção técnica, contemplando, no mínimo:
 - Segurança e sinalização:** cintos de segurança, extintor (validade e carga), buzina, alarme de ré, retrovisores e faixas refletivas;
 - Condições mecânicas e estruturais:** eixos, suspensão, mangueiras, conexões e pneus;
 - Sistema elétrico e iluminação:** faróis, setas, lanternas, luzes de freio e integridade da fiação;
 - Motor e sistemas auxiliares:** filtros, óleos (motor e hidráulico), sistema de arrefecimento e sistema de partida.

A exigência de apresentação concomitante de atestados de capacidade técnica e laudo técnico da frota fundamenta-se na necessidade de comprovação **não apenas da experiência pretérita da licitante**, mas também da **efetiva disponibilidade e adequação dos equipamentos a serem empregados na execução contratual**.

8.16.2. Tal medida visa mitigar riscos de inexecução, paralisação dos serviços e utilização de equipamentos inadequados, assegurando a continuidade, eficiência e segurança operacional dos serviços públicos.

8.16.3. O percentual mínimo de **50% (cinquenta por cento)** foi estabelecido com base em critério de razoabilidade, garantindo uma amostragem representativa da frota, sem comprometer a competitividade do certame.

8.16.4. A exigência encontra respaldo no art. 42, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

8.17. PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

8.17.1. A contratada deverá apresentar, como condição para início da execução contratual, os seguintes documentos com validade vigente:

- Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).

8.18.REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO (CRA)

8.18.1.A exigência fundamenta-se na natureza complexa e gerencial da contratação, que transcende a mera locação de veículos. A empresa contratada será responsável pela gestão contínua de uma força de trabalho operacional (motoristas e operadores), o que envolve atividades de planejamento e gestão de escalas, substituição de profissionais, coordenação logística em múltiplas frentes e controle operacional e administrativo das equipes. Essas atribuições, que envolvem organização, planejamento, controle e direção de recursos humanos e materiais, são típicas da área de Administração, conforme a Lei Federal nº 4.769/1965. A presença de um profissional ou empresa registrada no CRA-BA assegura que a gestão desses aspectos críticos será conduzida por profissionais habilitados e fiscalizados por um órgão de classe, garantindo a qualidade técnica e a conformidade com as melhores práticas de gestão, minimizando riscos de falhas operacionais e trabalhistas para a Administração Pública.

8.18.2.Adicionalmente, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será exigida a apresentação de atestado(s) devidamente registrado(s) ou averbado(s) no CRA-BA, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação. Tal comprovação deverá demonstrar a execução mínima correspondente a **50% (cinquenta por cento) das diárias previstas para cada tipo de veículo**, conforme quantitativos estabelecidos nesta contratação.

8.18.3.Segue abaixo as quantidades mínimas exigidas para fins de comprovação da capacidade técnica, as quais serão detalhadas em tabela específica.

ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS	MÍNIMO
		12 MESES	50%
1.0	ALUGUEL DE VEÍCULOS PESADOS		
1.1	Caminhão Pipa 10.000 L	552	276
1.2	Caminhão Pipa 15.000 L	1.056	528
1.3	Caminhão Pipa 20.000 L (Traçado 6x4)	1.512	756
1.4	Caminhão Basculante 12 m ³ (Truck)	6.072	3036
1.5	Pracha Carreta 3 eixos	276	138
1.6	Caminhão 3/4 (Carroceria)	1.104	552

1.7	Caminhão Munk	552	276
1.8	Caminhão Tanque (Limpa Fossa)	504	252
1.9	Caminhão Baú	552	276
1.10	Caminhão de Abastecimento (Comboio)	276	138

8.18.4 Ressalta-se que a presente exigência se refere exclusivamente à comprovação da capacidade técnico-operacional vinculada à gestão administrativa e operacional dos serviços, no âmbito do CRA-BA. **Permanece inalterada a exigência de atestado de capacidade técnica relativa à quantidade de veículos**, já estabelecida em tópico anterior deste instrumento convocatório, não havendo sobreposição, mas sim complementação entre os requisitos de qualificação técnica.

8.18.5.A exigência ora estabelecida visa assegurar que a empresa licitante possui experiência prévia suficiente na gestão operacional e logística de frota em escala compatível com a demanda da Administração, garantindo maior segurança na execução contratual, continuidade dos serviços e mitigação de riscos operacionais.

8.19.COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

8.19.1.A licitante deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços objeto desta contratação. Em conformidade com o parágrafo 5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será admitido o somatório de atestados de períodos diferentes para a comprovação desse prazo, não havendo a obrigatoriedade de que os 3 (três) anos sejam ininterruptos.

8.19.2.A exigência fundamenta-se na complexidade e criticidade das operações, que demandam um alto grau de especialização, maturidade na gestão de equipes e capacidade de resposta a imprevistos operacionais e logísticos. A experiência prévia de 3 anos assegura que a empresa possui um histórico comprovado de atuação, o que se traduz em maior segurança, eficiência e redução de riscos de interrupção dos serviços públicos essenciais para o Município de Barreiras.

8.20.CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

8.20.1.A contratação também requer que a contratada atenda a critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, os quais devem ser aplicados no momento da execução do objeto, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, relativos a locação dos equipamento e, apresentar na contratação e manter durante toda a vigência da contratação as seguintes práticas de sustentabilidade:

- Preferência por máquinas com motores que atendam aos padrões de emissões **Proconve MAR-I / MAR-II (ou equivalentes ao EURO III, IV etc.)**

- Equipamentos com **tecnologia de economia de combustível** e menor emissão de CO₂, NOx e material particulado.
- Garantia de que as máquinas estão com a **manutenção em dia**, evitando vazamentos de óleo, fumaça excessiva e perdas de eficiência.
- Utilização de **biodiesel (B10 ou superior)**, **diesel S-10** ou outros combustíveis com menor impacto ambiental.
- Possibilidade de uso de aditivos que **reduzem emissões e aumentam rendimento**.
- Responsabilidade da empresa contratada pela **destinação adequada de resíduos gerados**, como filtros, óleos lubrificantes, graxas e peças substituídas.
- Capacitação dos operadores quanto ao **uso consciente dos recursos naturais**, condução econômica e prevenção de impactos ambientais.
- Máquinas com **nível de ruído dentro dos limites legais** (especialmente em áreas urbanas ou próximas a zonas sensíveis como hospitais e escolas).

8.21.DA PROPOSTA

8.21.1. Conter declaração que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento do produto, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do contrato.

8.21.2. Os licitantes deverão enviar a proposta final com planilha de composição de custos unitários em anexo, comprovando a exequibilidade dos valores apresentados.

8.21.3. A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação.

9. DO PAGAMENTO

9.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento, incluindo boletins de medição com demonstrativo de execução dos serviços.

9.2. O pagamento será realizado mediante apresentação da nota fiscal correspondente a execução do serviço em até 20 (vinte) dias após o atesto da Secretaria Solicitante.

9.3. Para efeito de pagamento, a Contabilidade consultará a regularidade da empresa junto ao SICAF. Se constar documentos vencidos ou não estando à mesma cadastrada no Sistema, deverá apresentar os seguintes documentos:

- V. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- VI. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- VII. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- VIII. Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

9.4. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da Contratada.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- m) der causa à inexecução parcial do contrato;

- n) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- o) der causa à inexecução total do contrato;
- p) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- q) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- r) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- s) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- t) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- u) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- v) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- w) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- x) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2.Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- V. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- VI. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- VII. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

VIII. Multa:

- 1. moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
- 2. multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- 3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3.A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

10.4.Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

10.5.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

10.6.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

10.7.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.9.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- i) os danos que dela provierem para a Contratante;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

10.12. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. O contrato poderá ser reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado que serviu de base para a contratação, adotando-se como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, na forma do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

12. DA MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADES

12.1. A matriz de riscos é um documento que define os riscos e responsabilidades entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

12.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos.

12.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo deste Termo de Referência.

13. ANEXOS

13.1. Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Memória de Cálculo dos Quantitativos;
- **Anexo II** – Mapa de Riscos da Contratação;
- **Anexo III** – Justificativa para adoção do rito com inversão de fases
- **Anexo IV** – Ofício circular nº 1/2025/CRA-BA;
- **Anexo V** – Mapa de Gerenciamento de Risco;

Barreiras/BA, 20 de maio de 2026

TIAGO DE CARVALHO XAVIER

ENGENHEIRO CIVIL - ASSESSOR DE GABINETE

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes

Prefeitura Municipal de Barreiras/BA

MATRICULA: 67.400

BRUNO JOSÉ CASTRO

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA– MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

1. INTRODUÇÃO

Esta memória de cálculo tem por objetivo fundamentar e detalhar os quantitativos de veículos e diárias estimados para a contratação de serviços de locação de veículos pesados, conforme o item 3 do Termo de Referência. As estimativas foram baseadas na análise da série histórica de utilização (Contrato nº 254/2021), no planejamento de atividades da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) e nas características territoriais do município de Barreiras.

2. PREMISSA DE CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Para fins de estimativa, considerou-se uma média de 23 dias de utilização por mês para cada veículo. Este número reflete os dias úteis do mês, acrescido de uma margem para serviços emergenciais ou programados aos sábados, prática comum nas operações da SEINFRA.

- **Cálculo Padrão:** [Nº de Veículos] x 23 dias/mês x 12 meses = Total de Diárias Anuais.

3. DETALHAMENTO POR TIPO DE VEÍCULO

3.1. Caminhões Basculantes (Caçamba Truck 12 m³)

- **Quantidade Estimada:** 22 unidades
- **Cálculo de Diárias:** 22 x 23 x 12 = 6.072 diárias

Justificativa: Os caminhões basculantes são a espinha dorsal das operações de infraestrutura. A quantidade de 22 unidades é justificada pela necessidade de atender, simultaneamente, a múltiplas frentes de serviço, distribuídas da seguinte forma:

- **Manutenção de Estradas Vicinais (10 unidades):** Atuação em duas frentes de serviço permanentes para recuperação e patrolamento de estradas rurais, essenciais para o escoamento da produção e transporte de moradores.
- **Obras de Pavimentação e Drenagem (8 unidades):** Suporte direto às obras de infraestrutura urbana em andamento, realizando transporte de materiais como areia, brita e asfalto.
- **Operação Tapa-Buraco e Apoio Geral (4 unidades):** Equipes volantes que atendem a demandas emergenciais na zona urbana e rural, além de apoiar outras secretarias em serviços de limpeza e remoção de entulho.

A série histórica do Contrato 254/2021 indicou uma utilização média de 20 caminhões, e o acréscimo de 2 unidades visa suprir a demanda de novas obras de pavimentação planejadas para o próximo exercício.

3.2. Caminhões Pipa (Total: 12 unidades)

Justificativa: A frota de caminhões-pipa é vital para o abastecimento de água em comunidades rurais e para o suporte a obras. A diversificação de capacidades e a tração 6x4 são estratégicas para otimizar a logística.

- **Caminhão Pipa 20.000 L (Traçado 6x4) - 6 unidades:**
 - **Cálculo:** 6 x 21 x 12 = 1.512 diárias
 - **Uso:** Destinados ao abastecimento de comunidades rurais mais distantes e de difícil acesso, onde estradas não pavimentadas exigem veículos com maior capacidade de carga e tração superior para garantir a entrega de água durante todo o ano.

- **Caminhão Pipa 15.000 L - 4 unidades:**
 - **Cálculo:** $4 \times 22 \times 12 = 1.056$ diárias
 - **Uso:** Atendem a comunidades de médio porte e são utilizados para umedecer o solo em obras de terraplanagem, controlando a poeira e garantindo a compactação adequada do terreno.
- **Caminhão Pipa 10.000 L - 2 unidades:**
 - **Cálculo:** $2 \times 23 \times 12 = 552$ diárias
 - **Uso:** Veículos mais ágeis, utilizados para abastecimento em locais de acesso restrito, lavagem de ruas após feiras e eventos, e apoio a pequenas obras na zona urbana.

3.3. Caminhão 3/4 (Carroceria)

- **Quantidade Estimada:** 4 unidades
- **Cálculo de Diárias:** $4 \times 23 \times 12 = 1.104$ diárias

Justificativa: São veículos de apoio essenciais para o transporte de ferramentas, pequenos equipamentos, materiais de construção (sacos de cimento, tubos, etc.) e equipes de trabalho para as diversas frentes de serviço. A quantidade de 4 unidades permite que cada frente principal (estradas vicinais, obras urbanas, tapa-buraco) tenha seu próprio veículo de apoio, otimizando a logística e evitando o deslocamento de caminhões pesados para transporte de pequenas cargas.

3.4. Veículos para Serviços Especializados

Justificativa Geral: Este grupo de veículos atende a demandas específicas e essenciais, embora menos frequentes que os caminhões basculantes e pipa. A disponibilidade contínua é crucial para evitar a paralisação de obras ou a falha no atendimento a emergências.

- **Caminhão Munck (2 unidades):**
 - **Cálculo:** $2 \times 23 \times 12 = 552$ diárias
 - **Uso:** Indispensável para a instalação de postes, tubulações de drenagem, descarga de materiais paletizados e movimentação de equipamentos pesados nas frentes de serviço. A duplicidade garante a continuidade em caso de manutenção e permite atender a duas demandas simultâneas.
- **Caminhão Tanque (Limpa Fossa) - 2 unidades:**
 - **Cálculo:** $2 \times 21 \times 12 = 504$ diárias
 - **Uso:** Atendimento a demandas de esgotamento de fossas sépticas em prédios públicos é uma medida de segurança para um serviço de alta importância sanitária.
- **Caminhão Baú (2 unidades):**
 - **Cálculo:** $2 \times 23 \times 12 = 552$ diárias
 - **Uso:** Transporte de materiais sensíveis ao clima (cimento, argamassa), ferramentas de maior valor, equipamentos eletrônicos de sinalização e apoio logístico geral à SEINFRA e outras secretarias.
- **Prancha Carreta 3 Eixos (1 unidade):**
 - **Cálculo:** $1 \times 23 \times 12 = 276$ diárias
 - **Uso:** Transporte de máquinas pesadas (tratores, rolos compactadores, escavadeiras) entre as diferentes frentes de serviço. A disponibilidade de uma prancha própria evita a dependência de terceiros e os altos custos de aluguel por viagem, garantindo agilidade na mobilização e desmobilização de equipamentos.
- **Caminhão de Abastecimento (Comboio) - 1 unidade:**
 - **Cálculo:** $1 \times 23 \times 12 = 276$ diárias

- **Uso:** Abastecimento e lubrificação de máquinas e caminhões diretamente nas frentes de serviço, especialmente na zona rural, onde não há postos de combustível próximos. Este veículo reduz o tempo de parada dos equipamentos e aumenta a produtividade das equipes.

4. QUADRO RESUMO DOS QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	DIÁRIAS 12 MESES	REQUISITOS MÍNIMOS
1.0 ALUGUEL DE VEÍCULOS PESADOS				
1.1	Caminhão Pipa 10.000 L	2	552	Tanque em aço de 10.000L, equipado com bomba de recalque, esguichos (frontal/traseiro), barra espargidora e mangueiras. Inclui motorista habilitado.
1.2	Caminhão Pipa 15.000 L	4	1.056	Tanque em aço de 15.000L, equipado com bomba de recalque, esguichos (frontal/traseiro), barra espargidora e mangueiras. Inclui motorista habilitado.
1.3	Caminhão Pipa 20.000 L (Traçado 6x4)	6	1.512	Tração 6x4, tanque em aço de 20.000L, equipado com bomba de recalque, esguichos, barra espargidora e mangueiras. Inclui motorista habilitado.
1.4	Caminhão Basculante 12 m ³ (Truck)	22	6.072	Caçamba de 12 m ³ com acionamento hidráulico reforçado e sistema de segurança (trava e sinalização). Inclui motorista habilitado.
1.5	Pracha Carreta 3 eixos	1	276	Capacidade mínima de 20 toneladas, equipada com rampas hidráulicas ou manuais para acesso de máquinas. Inclui motorista habilitado.
1.6	Caminhão 3/4 (Carroceria)	4	1.104	Capacidade mínima de 7.000 Kg, equipado com carroceria de madeira ou metal em perfeitas condições. Inclui motorista habilitado.
1.7	Caminhão Munk	2	552	Capacidade mínima de içamento de 4.000 Kg, com lança de alcance compatível e patolas de estabilização. Inclui operador habilitado e Motorista habilitado.
1.8	Caminhão Tanque (Limpa Fossa)	2	504	Tanque de 12 m ³ , equipado com bomba de vácuo de alta sucção e mangotes de 50 metros. Inclui operador habilitado.
1.9	Caminhão Baú	2	552	Capacidade mínima de 9.000 Kg, baú fechado com portas traseiras e sistema de vedação contra intempéries. Inclui motorista habilitado.
1.10	Caminhão de Abastecimento (Comboio)	1	276	Tanque de diesel 5.000 L, compartimentos selados para óleos lubrificantes e água. Inclui motorista habilitado.

5. CONCLUSÃO

Os quantitativos aqui detalhados foram dimensionados para atender às necessidades reais e planejadas da Secretaria de Infraestrutura, buscando a máxima eficiência operacional e a continuidade dos serviços públicos. A metodologia, baseada em dados históricos e planejamento futuro, visa garantir que a contratação seja adequada, econômica e isenta de sobre dimensionamento, em plena conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.



TIAGO DE CARVALHO XAVIER

ENGENHEIRO CIVIL- ASSESSOR DE GABINETE

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes

Prefeitura Municipal de Barreiras/BA

MATRICULA: 67.400

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Este Mapa de Riscos foi elaborado em conformidade com o art. 103 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de identificação, análise e tratamento dos riscos que possam comprometer a execução do contrato. O objetivo é antecipar potenciais problemas, definir responsabilidades e estabelecer medidas preventivas e corretivas para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de locação de veículos pesados.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Os riscos foram classificados quanto à **probabilidade de ocorrência** e ao **impacto** sobre a execução do contrato, conforme a matriz abaixo:

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO
Baixa	Evento com menos de 30% de chance de ocorrer
Média	Evento com 30% a 70% de chance de ocorrer
Alta	Evento com mais de 70% de chance de ocorrer

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO
Baixa	Não compromete significativamente a execução do contrato
Média	Pode causar atrasos ou redução de qualidade, mas é contornável
Alta	Compromete gravemente a execução ou pode causar prejuízo financeiro significativo

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS RISCOS

3.1 RISCOS RELACIONADOS À CONTRATADA

ID	RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL
R1	Indisponibilidade de veículos por quebra ou manutenção	Média	Alto	ALTO
R2	Baixa qualidade ou inadequação dos veículos ofertados	Média	Médio	MÉDIO
R3	Atraso na mobilização inicial da frota	Baixa	Alto	MÉDIO
R4	Descumprimento de obrigações trabalhistas pela contratada	Média	Médio	MÉDIO
R5	Inadimplemento contratual ou falência da contratada	Baixa	Alto	MÉDIO

R1 – INDISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS POR QUEBRA OU MANUTENÇÃO

Descrição: Veículos apresentam defeitos mecânicos ou necessitam de manutenção prolongada, ficando indisponíveis para uso.

Consequências: Paralisação de frentes de serviço, atraso em obras, impossibilidade de atender a emergências.

Responsável pela Gestão: Contratada (prevenção) e Gestor do Contrato (monitoramento)

Medidas Preventivas:

- Exigir, no TR, que os veículos tenham no máximo 10 anos de fabricação.
- Exigir a apresentação de um Plano de Manutenção Preventiva pela contratada, com cronograma de revisões.
- Exigir comprovação de estrutura mínima (oficina mecânica própria ou terceirizada).

Medidas Corretivas:

- Estabelecer prazo máximo de 8 horas (zona urbana) e 12 horas (zona rural) para substituição de veículos.
- Aplicar multa de 10% sobre o valor da diária por hora de atraso na substituição.
- Em caso de reincidência, aplicar advertência e, se persistir, rescisão contratual.

R2 – BAIXA QUALIDADE OU INADEQUAÇÃO DOS VEÍCULOS OFERTADOS

Descrição: Veículos entregues não atendem às especificações técnicas ou estão em más condições de conservação.

Consequências: Baixa produtividade, aumento de custos com manutenção emergencial, insatisfação dos usuários.

Responsável pela Gestão: Fiscal do Contrato.

Medidas Preventivas:

- Realizar vistoria técnica prévia de todos os veículos antes do início da execução contratual.
- Exigir documentação atualizada (CRLV, certificado de vistoria).
- Estabelecer critérios objetivos de qualidade no TR (idade máxima, equipamentos obrigatórios).

Medidas Corretivas:

- Recusar o recebimento de veículos que não atendam às especificações.
- Aplicar advertência e, em caso de reincidência, multa de 1% sobre o valor mensal do contrato.
- Exigir substituição imediata do veículo inadequado.

R3 – ATRASO NA MOBILIZAÇÃO INICIAL DA FROTA

Descrição: A contratada não consegue disponibilizar a frota completa no prazo estabelecido para o início da execução.

Consequências: Atraso no início das obras programadas, comprometimento do cronograma de atividades.

Responsável pela Gestão: Gestor do Contrato

Medidas Preventivas:

- Exigir, na fase de habilitação, comprovação de disponibilidade de pelo menos 50% da frota.
- Estabelecer prazo claro para mobilização no contrato (ex: 10 dias após a assinatura).
- Incluir no edital a possibilidade de desclassificação de propostas inexequíveis.

Medidas Corretivas:

- Aplicar multa específica por atraso na mobilização (ex: 0,5% do valor total do contrato por dia de atraso).
- Em caso de atraso superior a 15 dias, possibilitar a rescisão contratual e convocação do segundo colocado.

R4 – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PELA CONTRATADA

Descrição: A contratada deixa de pagar salários, encargos ou benefícios aos operadores, gerando passivos trabalhistas que podem recair sobre a Administração.

Consequências: Responsabilização subsidiária da Prefeitura, prejuízo financeiro, dano à imagem institucional.

Responsável pela Gestão: Gestor do Contrato

Medidas Preventivas:

- Exigir comprovação mensal de regularidade trabalhista (FGTS, INSS).
- Realizar fiscalização periódica das condições de trabalho dos operadores.
- Incluir cláusula de retenção de valores para garantia de obrigações trabalhistas, conforme legislação.

Medidas Corretivas:

- Notificar a contratada para regularização imediata.
- Reter pagamentos até a comprovação da regularização.
- Em caso de reincidência, aplicar multa e, se persistir, rescisão contratual.

R5 – INADIMPLEMENTO CONTRATUAL OU FALÊNCIA DA CONTRATADA

Descrição: A contratada enfrenta dificuldades financeiras, não consegue cumprir o contrato e solicita rescisão ou entra em processo de recuperação judicial/falência.

Consequências: Interrupção total dos serviços, necessidade de nova licitação emergencial, prejuízo ao erário.

Responsável pela Gestão: Gestor do Contrato e Autoridade Competente

Medidas Preventivas:

- Exigir garantia contratual de 5% do valor total do contrato.
- Verificar a saúde financeira da empresa durante a fase de habilitação (certidões negativas, balanços).
- Monitorar a execução contratual e identificar sinais de dificuldade financeira (atrasos, má qualidade).

Medidas Corretivas:

- Executar a garantia contratual para cobrir prejuízos.
- Rescindir o contrato e convocar o segundo colocado, se houver.
- Realizar contratação emergencial, se necessário, para garantir a continuidade dos serviços.

TIAGO DE CARVALHO XAVIER
ENGENHEIRO CIVIL- ASSESSOR DE GABINETE
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes
Prefeitura Municipal de Barreiras/BA
MATRICULA: 67.400

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA - JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO RITO COM INVERSÃO DE FASES

(Habilitação Antes do Julgamento de Propostas)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 26669/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Art. 5º (Princípios), Art. 17, § 1º (Inversão de Fases).

Princípios Administrativos: Eficiência, Qualidade, Segurança Jurídica e, primordialmente, do **Interesse Público**.

Doutrina: JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo. Thomson Reuters Brasil, 2021. Pag. 773.

2. CONCEITO DE INVERSÃO DE FASES

O Art. 17 da Lei nº 14.133/2021 estabelece como ordem padrão das fases do processo licitatório:

- **Fase IV:** Julgamento (das propostas de preço)
- **Fase V:** Habilitação (análise de documentos)

Contudo, o § 1º do Art. 17 permite que a Administração Pública, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, inverta essa ordem, fazendo com que a fase de habilitação (V) anteceda as fases de apresentação de propostas e lances (III) e de julgamento (IV), desde que expressamente previsto no edital de licitação.

Portanto, a inversão de fases consiste em:

1. Primeiro: Análise da habilitação de todos os licitantes
2. Depois: Disputa de lances e julgamento de preços apenas entre os licitantes habilitados

3. JUSTIFICATIVA DETALHADA

A presente justificativa visa demonstrar as vantagens e a adequação da adoção do rito procedimental com inversão de fases (habilitação antes do julgamento), conforme permitido pelo § 1º do Art. 17 da Lei nº 14.133/2021, para a contratação em epígrafe.

A escolha é expressamente motivada em conformidade com as melhores práticas de governança, a experiência prática em processos licitatórios anteriores e as diretrizes dos órgãos de controle, que exigem a explicitação dos benefícios decorrentes da opção procedimental na fase de planejamento do certame.

Os benefícios para a Administração Pública e para o interesse público são os seguintes:

3.1. SALVAGUARDA DO INTERESSE PÚBLICO E GARANTIA DE QUALIDADE NA EXECUÇÃO

O interesse público primordial nesta contratação não se resume à obtenção do menor preço, mas sim à efetiva e qualificada prestação do serviço de locação de veículos pesados, que é um insumo crítico e estratégico para a continuidade de obras e serviços públicos essenciais à população.

É notório e amplamente documentado o problema de empresas que, sem capacidade técnica, operacional ou financeira real, apresentam propostas com descontos excessivos e, posteriormente, não conseguem honrar o contrato. Esse fenômeno gera graves prejuízos à Administração, incluindo: paralisação de obras e serviços públicos; necessidade

de novos processos licitatórios emergenciais; desperdício de recursos públicos já investidos no processo; e danos à imagem da Administração perante a população.

Conforme alerta o jurista Marçal Justen Filho em sua obra sobre a Lei 14.133/2021, existe o risco concreto de "participantes ditos 'de fachada', que não dispõem de condições mínimas para executar o objeto e que se aventuram no certame para criar dificuldades ou atuar concertadamente com outros licitantes".

A inversão de fases constitui um mecanismo estratégico e preventivo para mitigar esse risco, pois: elimina antecipadamente empresas sem capacidade técnica ou financeira; garante que apenas licitantes aptos e qualificados participem da disputa de preços; reduz drasticamente o risco de inadimplemento contratual; e protege o interesse público ao assegurar que o menor preço venha de uma empresa que, de fato, tem condições de entregar o serviço com a qualidade esperada.

3.2.COMBATE A LICITANTES "AVENTUREIROS" E "COELHOS"

É evidente que, nos últimos tempos, diversas empresas sem expertise vêm maculando os certames, baixando os preços de forma aleatória e ainda sem capacidade técnica anterior, sem o conhecimento de mercado, o que acaba protelando os processos e resultando em desistências de lances habituais ou em contratos mal executados.

A prática de licitantes "coelhos" (empresas que participam apenas para tumultuar o processo ou favorecer terceiros) e de empresas "aventureiras" (que dão lances sem condições de cumprir) é um problema real e recorrente.

Ao realizar a habilitação antes da disputa de preços, a Administração: elimina rapidamente as empresas que não atendam ao escopo do edital; impede que licitantes sem condições participem da fase de lances; garante uma disputa justa e transparente apenas entre empresas aptas; e evita o desperdício de tempo com análise de propostas de empresas inabilitáveis.

3.3.Agilidade Processual e Eficiência Administrativa

Com a análise da documentação de habilitação antes da proposta, é possível eliminar rapidamente as empresas que não atendam ao escopo do edital ou que estejam no processo para agir no formato de licitantes "coelhos". Assim, a etapa de propostas e lances será realizada apenas com os fornecedores que se encontram regulares, o que torna a fase de lances mais ágil e objetiva; reduz o risco de recursos e impugnações na fase de habilitação; evita a frustração de ter que desclassificar o vencedor após a disputa de preços; e permite que a Administração avance rapidamente para a contratação.

3.4. Aumento da Qualidade e Redução de Custos Operacionais

Ao focar primeiramente na análise da habilitação das empresas, a Administração pode assegurar que apenas fornecedores que realmente atendam às exigências técnicas e de qualidade para prestação de locação de veículos pesados sejam considerados, aumentando assim a qualidade do serviço contratado. Isso reduz significativamente: o tempo total do processo licitatório; os custos operacionais associados a processos frustrados; a necessidade de novas licitações por inadimplemento; e os custos de fiscalização e gestão contratual.

3.5.Transparência e Disputa Justa

Durante a fase de lances, os participantes não são identificados, isto é, podem concorrer empresas que estarão inabilitadas ou inaptas à sua participação. Com a inversão de fases, após a habilitação, somente as participantes realmente responsáveis irão participar da disputa por lances, ainda sem serem identificadas, trazendo mais

transparência e ainda assim não ferindo o princípio da economicidade. Em resumo, a inversão das fases de habilitação e apresentação de propostas promove maior eficiência, transparência, segurança jurídica e qualidade na contratação de serviços de locação de veículos pesados.

3.6.Resposta a Problemas Anteriores

Se em processos anteriores ocorreram problemas como qualificação de licitantes que não cumpriram adequadamente com os requisitos técnicos ou financeiros, empresas que solicitaram desistência do lance após vencer, ou contratos mal executados por falta de capacidade operacional, a inversão de fases permite um filtro mais eficaz e precoce, evitando a contratação de serviços insatisfatórios e protegendo o erário público.

4. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS

Para a aplicação da inversão de fases, conforme o § 1º do Art. 17 da Lei 14.133/2021, são necessários os seguintes requisitos legais, todos devidamente atendidos:

a) Deliberação da Administração Pública

A adoção da inversão de fases é uma decisão fundamentada pela autoridade competente, destacando-se a pertinência e a vantagem deste procedimento para o objeto específico da licitação (locação de veículos pesados).

b) Publicidade Adequada

O edital de licitação expressará claramente a adoção do procedimento de inversão de fases, garantindo que todos os licitantes estejam cientes dessa condição e possam preparar suas propostas e documentos de habilitação de acordo com esse formato.

c) Objetivo de Eficiência

A inversão de fases visa a maior eficiência do processo licitatório, permitindo a desclassificação antecipada de licitantes que não atendam às exigências do edital, economizando tempo e recursos no processo e, principalmente, garantindo a qualidade da contratação.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a adoção do rito com inversão de fases (habilitação antes do julgamento) para a presente licitação não é apenas uma opção legal, mas a estratégia de gestão mais coerente e responsável para uma contratação que priorize qualidade, segurança jurídica e efetividade.

A medida visa garantir que: apenas empresas aptas e qualificadas participem da disputa de preços; o menor preço obtido seja de uma empresa com real capacidade de execução; o interesse público seja protegido contra licitantes "aventureiros" e "de fachada"; e o contrato seja executado com qualidade, evitando prejuízos à população.

A opção por este rito será expressamente prevista no edital convocatório para garantir total transparência e segurança jurídica ao processo.

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA – OFÍCIO CIRCULAR Nº 1/2025/CRA-BA



Conselho Regional de Administração da Bahia

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Avenida Tancredo Neves 999 - Ed. Metropolitano Alfa - 6º andar - Salas 601/602 e 401/402 - Bairro
Caminho das Árvores - Salvador-BA - CEP 41820-021
Telefone: (71) 3311-2583 - www.cra-ba.org.br

Ofício Circular nº 1/2025/CRA-BA

Salvador, 07 de janeiro de 2025.

Prezados Senhores,

O **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA)**, Autarquia Federal criada pela Lei n.º 4.769/65, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934/67, com modificações trazidas pela Lei n.º 7.321/85, neste ato representado por seu Presidente, vem, perante a honrosa presença de Vossa Excelência, tecer as seguintes considerações.

A função básica deste Conselho Profissional é a de **fiscalizar, orientar e disciplinar** a prestação de serviços nos campos da Administração e o exercício da profissão dos profissionais de Administração, nos termos da Lei Federal n.º 4.769/65 e legislação complementar, objetivando defender a Sociedade de profissionais e empresas que praticam atos sem a devida habilitação legal, de forma ineficiente, nos campos da Administração, pondo em risco o patrimônio e os bens das pessoas e organizações públicas e privadas. A não-observância do preceito legal implica em penalidades contra o exercente e a instituição conivente com tais práticas.

As empresas registradas neste Conselho Profissional têm a supervisão de suas atividades por um **Responsável Técnico**, Profissional de Administração, também registrado no respectivo CRA e ambos são submetidos ao Código de Ética da Profissão, o que dá maior credibilidade à sociedade, alvo dos serviços prestados. Salientamos **que estão dispensadas desse registro cadastral as pessoas jurídicas constituídas como Micro Empresário Individual (MEI)**, até o presente momento. Segue em anexo relação dos serviços sujeitos a fiscalização do CRA/BA, para os quais é obrigatório o registro cadastral do prestador de serviços neste Conselho, conforme art. 15 da Lei n.º 4.769/65 e art. 1º da Lei Federal n.º 6.839/80.

Nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 4.769/65, acrescido do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/21, além de legislações estaduais específicas, ratificamos que nos editais de licitações, cujo objetos sejam relacionados às áreas de Administração (em anexo), deverão constar no item "Qualificação Técnica" a exigência do registro das empresas licitantes e dos seus responsáveis técnicos, na Entidade Profissional Competente, neste caso, no Conselho Regional de Administração competente, bem como o registro dos atestados de capacidade técnica profissional/operacional, de acordo com a legislação vigente.

A Lei n.º 14.133/21 exigem que a Administração Pública, ao contratar serviços e obras, siga as suas determinações legais estabelecidas visando resguardar a própria Administração Pública dos prejuízos que podem ser acarretados, caso contrariem estes normativos, bem como objetiva melhorar a eficiência, a qualidade e o alcance dos resultados organizacionais propostos.

A Lei Federal nº 14.133/21, promulgada recentemente, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como, também, prevê em seu art. 67, a saber:

LEI Nº 14.133/21, DE 1º DE ABRIL DE 2021:

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;” (grifos nossos) ”

Conforme o art. 15 da Lei nº 4.769/65: serão obrigatoriamente registradas nos CRA's as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades de Administrador, enunciadas nos termos desta lei.

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

É de fundamental importância que os serviços da Administração sejam acompanhados por um **Responsável Técnico** para responder pela prestação dos serviços, colaborando para o cumprimento de todas as obrigações junto às repartições públicas, privadas, clientes e fornecedores, preservando, dessa forma, a sua ampla credibilidade no contexto dos campos privativos da Administração, previstos no art. 2º, alínea “b”, da Lei nº 4.769/65 e no art. 3º, alínea “b”, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934/67.

A Responsabilidade Técnica na Administração está prevista no art. 12 do Regulamento da Lei 4.769/65, aprovado pelo Decreto 61.934/67, conforme transcrito a seguir:

“Art. 12 - As sociedades de prestação de serviços profissionais mencionadas neste Regulamento só poderão se constituir ou funcionar sob a responsabilidade de Administrador, devidamente registrado e no pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 1º - O Administrador ou os Administradores, que fizerem parte das sociedades mencionadas neste artigo, responderão, individualmente, perante os Conselhos, pelos atos praticados pelas Sociedades em desacordo com o Código de Deontologia Administrativa.”

A Empresa devidamente habilitada garantirá que os serviços de Administração serão realizados sob a supervisão de um **Responsável Técnico**, garantido a profissionalização dos serviços prestados. Desta forma, qualquer **desvio de conduta ética ou técnica** identificado pelo tomador de serviços poderá ser comunicado ao CRA-BA, que aplicará o Código de Ética do profissional da Administração e as responsabilizações cabíveis.

Estas orientações, além de obrigação legal oriunda de uma profissão que é regulamentada, tem a finalidade de **garantir a proteção ao interesse público** e resguardar os serviços públicos de eventuais danos ou prejuízos aos seus recursos, sejam esses patrimoniais, de pessoal ou financeiros que, de modo ou outro, são custeados pela sociedade.

Como sugestão, segue abaixo o modelo de texto de exigência do devido registro dos licitantes, bem como de seu acervo técnico certificado pelo CRA-BA nos termos dos Editais:

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. REGISTRO da licitante no Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA), ou Registro Secundário caso a licitante seja sediada fora do Estado da Bahia e vencedora do certame.

2. CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL: Comprovação da licitante possuir em seu quadro permanente, como empregado, como autônomo, como sócio ou como Procurador, um Profissional de Administração detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CRA-BA, dentro da validade e compatível com o objeto licitado.

3. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL: Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de aptidão da Empresa licitante, acompanhado da certidão de registro, na validade exigida pelo Conselho Federal de Administração, para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente fiscalizado e registrado no Conselho Regional de Administração (CRA-BA) e visado pelo seu Responsável Técnico. Caso a licitante seja sediada fora do Estado, deverá apresentar seu atestado de aptidão registrado no CRA do seu Estado de origem, porém sua Certidão deve ser visada pelo CRA-BA.

Certo da vossa colaboração, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos através do tel. (71) 3311.2583, e-mail: atendimento@cra-ba.org.br/coord.fiscalizacao@cra-ba.org.br das 09h00 às 17h30.

Atenciosamente,

Adm Ramiro Lubian Carbalhal
Presidente do CRA-BA
CRA-BA nº 2.989



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Ramiro Lubian Carbalhal, Presidente**, em 20/01/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3061433** e o código CRC **430CAD00**.

Referência: Caso responda este Ofício Circular, indicar expressamente o Processo nº 476901.000081/2025-09

SEI nº 3061433



Conselho Regional de Administração da Bahia

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Fiscalização

Avenida Tancredo Neves 999 - Ed. Metropolitano Alfa - 6º andar - Salas 601/602 e 401/402 - Bairro
Caminho das Árvores - Salvador-BA - CEP 41820-021
Telefone: (71) 3311-2583 - www.cra-ba.org.br

ATIVIDADES ECONÔMICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO		
ITENS	ATIVIDADES	CNAE
1	Atividades de apoio à agricultura (atividade de contratantes de mão-de-obra para o setor agrícola e fornecimento de máquinas agrícolas com operador)	0161-0/99
2	Coleta de resíduos não – perigosos / Limpeza urbana - exceto gestão de aterros sanitários	3811-4/00
3	Aluguel (locação) de máquinas de terraplanagem e equipamentos com operador	4313-4/00
4	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	4923-0/02
5	Armazenamento (Armazéns gerais e Depósitos de mercadorias para terceiros)	5211-7
6	Carga e descarga	5212-5/00
7	Gestão de Terminais Rodoviários e Ferroviários	5222-2/00
8	Administração de Estacionamentos	5223-1/00
9	Gestão de Portos e Terminais	5231-1
10	Administração da infra-estrutura portuária	5231-1/01
11	Serviços de gestão de terminais de passageiros	5231-1/02
12	Gestão de Terminais Aquaviários	5231-1/03
13	Organização logística do transporte de carga	5250-8/04
14	Serviços de Operador de Transportes Multimodal (OTM)	5250-8/05
15	Serviços de malote não realizado pelo Correio Nacional (Serviços de Motoboy, coleta, distribuição e entrega de encomendas)	5320-2/00
16	Administração de Hotéis	5510-8/01
17	Holdings de Instituições não financeiras	6462-0/00
18	Administração de Consórcios para aquisição de bens e direitos	6493-0/00
19	Empresa de Administração de planos de saúde	6550/2-00
20	Administração de cartão de crédito	6613-4/00
21	Gestão e administração da propriedade imobiliária(administração de condomínios shopping center)	6822-6/00
22	Atividade de assessoria em gestão empresarial / Consultoria em Administração de empresas	7020-4/00
23	Consultoria em Logística de localização	7020-4/00
24	Assessoria à gestão hospitalar	7020-4/00
25	Consultoria em gestão empresarial / Serviços de orientação, assistência, assessoria gestão empresarial/ Consultoria na administração de empresas	7020-4/00
26	Consultoria financeira à empresas / Assessoria às empresas em questão de financeira	7020-4/00
27	Assessoria e consultoria em recursos humanos	7020-4/00
28	Estudo de mercado/Pesquisa Mercadológica	7320-3
29	Organização de concursos públicos	7490-1/99
30	Agenciamento de mão de obra / Agência de empregos "on line"/ Agência de empregos	7810-8/00
31	Seleção e agenciamento de mão de obra / Serviços de recrutamento e seleção de pessoal	7810-8/00
32	Locação de mão de obra temporária	7820-5/00
33	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	7830-2/00
34	Operador Turístico/Serviços de organizadores de viagem	7912-1/00
35	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	8111-7/00
36	Limpeza em prédios e em domicílios	8121-4/00
37	Atividades paisagísticas	8130-3/00

Lista 3061471 SEI 478901.000081/2025-09 / pg. 4

38	Serviços de escritório e apoio administrativo	8211-3/00
39	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	8230-0/01
40	Administração de ticket /vale alimentação, combustível, refeição, restaurante	8299-7/02
41	Serviço de administração penitenciária/ administração terceirizada de penitenciárias	8423-0/00
42	Administração de caixas escolares	8550-3/01
43	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	8550-3/02
44	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	8599-6/04
45	Apoio à gestão de Saúde	8660-7/00
46	Gestão de Instalações de Esportes	9311-5/00

Referência: Processo nº 476901.000081/2025-09

SEI nº 3061471

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA – MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Este Mapa de Gerenciamento de Risco será parte integrante do Processo Administrativo em questão, instruído com a finalidade de realizar contratação de empresa especializada para locação de veículos pesados, com manutenção preventiva e corretiva inclusa, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte.

1. DADOS DO PROCESSO

Para instrução da contratação, formalizou-se o processo administrativo 26669/2025

2. FASE PROCESSUAL

Modalidade de pregão eletrônico, fundamentado no Art. 28 Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos.

3. MATRIZ DE RISCOS ADOTADA

Para o gerenciamento dos riscos desta contratação utilizou-se a matriz de riscos do “Manual de gestão de riscos do TCU”:

Impacto	Muito Alto	15 Risco (b)	19	22	24	25
	Alto	10	14 Risco (a)	18	21	23
	Médio	6	9	13	17	20
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco provável	Provável	Muito provável	Praticamente certo
		Probabilidade				
		Nível do risco (a): 14 Nível do risco (b): 15				

Escala de probabilidade (1 a 5):

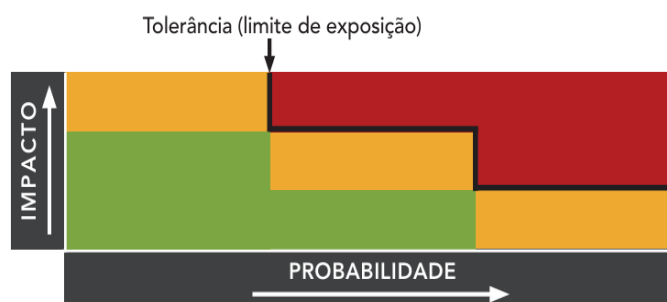
1. Raro: acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.
2. Pouco provável: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.
3. Provável: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.
4. Muito provável: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte.
5. Praticamente certo: ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo

Escalas de impacto (1 a 5):

1. muito baixo: compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.
2. Baixo: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.
3. Médio: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.
4. Alto: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.

5. Muito alto: compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.
6. O nível do risco é dado pelo número inscrito em cada célula da matriz, não é obtido por qualquer fórmula matemática. São 25 possíveis níveis de risco, em que cada nível está associado a uma estimativa de probabilidade e de impacto. A matriz ordena os possíveis níveis de risco, desde o mais baixo, ao qual é atribuído o nível 1 (evento muito raro, de impacto muito baixo), até o mais elevado, ao qual se atribui o nível 25 (evento praticamente certo e de impacto muito alto).

Matriz Simples de Risco e Tolerância ao Risco



4. RISCOS INERENTES À FASE INICIAL DO PROCESSO

ID	RISCO	GERENCIAMENTO DE RISCO			DANOS	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIAS
		PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL			
RISCO 01	Planejamento deficiente	pouco provável	médio	9	O prejuízo ao atendimento das demandas desta Secretaria.	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades desta Secretaria.	Revisão de quantitativos.
RISCO 02	Termo de Referência insuficiente ou com falhas na caracterização do objeto	raro	médio	6	Deficiências na prestação dos serviços contratados, como envio de equipamentos inadequados ou incompatíveis com as frentes de serviço.	Elaboração técnica precisa do Termo de Referência, com descrição detalhada dos serviços, quantidades estimadas e exigências mínimas dos equipamentos.	Elaboração de aditivo ou republicação do Termo de Referência, conforme a fase processual em que se identificar a falha.
RISCO 03	Indisponibilidade ou atraso na liberação orçamentária e financeira	muito provável	alto	21	Não contratação do serviço contratado ou paralização da execução após início	Garantir dotação e reserva financeira para que após a aprovação a demanda tenha seus recursos garantidos	Reprogramação de Planejamento financeiro.
RISCO 04	Contratação de Empresa sem capacidade técnica	provável	alto	18	Prejuízo ao atendimento das necessidades de qualidade do serviço.	será exigido atestado de capacidade técnica com comprovação de execução compatível com o objeto, e vinculação com profissional responsável técnico com acervo registrado	Rescisão contratual e instauração de novo procedimento de contratação, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

5. RISCOS INERENTE À FASE DE GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

ID	RISCO	GERENCIAMENTO DE RISCO			DANOS	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIAS
		PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL			
RISCO 05	Atraso na contratação	pouco provável	médio	9	Deficiência na entrega e/ou execução do serviço solicitado	Fiscalizar o contrato ou seu equivalente sobre prazo de execução para entrega e/ou execução do objeto pelo fiscal designado.	Aplicar as penalidades previstas em contrato para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas assumidas.
RISCO 06	Contratação com preço acima da média do mercado:	raro	muito alto	15	Danos ao erário	utilização de planilhas oficiais e bancos de preços além de Pesquisas de preços diversificadas para média de preços o mais próximo possível do valor de mercado.	Evitar contratação de serviço não adequado em desacordo com o estipulado.
RISCO 07	Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à CONTRATADA:	raro	muito alto	15	Fornecedor se recusar a realizar a entrega e/ou a executar o objeto licitado.	Planejamento Financeiro pelo setor responsável.	Reservar os recursos com antecedência.
RISCO 08	Execução do objeto da aquisição em desacordo com o acordado:	raro	alto	10	Prejuízo à execução do serviço.	Elaboração do Termo de Referência e Especificações técnicas adequadas; fiscalização de contrato; fiscalização do material.	Sanções e penalidades previstas no Contrato (ou equivalente).
RISCO 09	Empresa contratada apresenta desconto excessivo	muito alto	alto	15	Possibilidade de não conseguir arcar com os custos, principalmente no longo prazo, o que afeta a garantia de conclusão do objeto ou sua qualidade	Propostas com desconto acima de 25% deverão ser objeto de diligência e exigência de garantia adicional, conforme art. 58, §3º da Lei 14.133/2021.	Realizar exames de exequibilidade para propostas manifestamente inexequíveis conforme rigor da lei

6. RISCOS INERENTES À FASE DE CONCLUSÃO E PÓS ENTREGA DO OBJETO

ID	RISCO	GERENCIAMENTO DE RISCO			DANOS	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIAS
		PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL			
RISCO 10	Falhas recorrentes nos veículos pesados locados	provável	médio	9	Deficiência na entrega e/ou execução do serviço solicitado	Exigência de idade máxima dos equipamentos, conforme justificativa técnica anexa, e histórico de manutenção preventiva.	Substituição imediata dos equipamentos defeituosos, sob pena de multa e/ou rescisão contratual.

7. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

- **NOME:** TIAGO DE CARVALHO XAVIER
- **CARGO:** ASSESSOR DE GABINETE – GESTOR DE CONTRATOS
- **MATRICULA:** 67.400
- **PROFISSÃO:** ENGENHEIRO CIVIL

TIAGO DE CARVALHO XAVIER
Assessor de Gabinete – Gestor de Contratos
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes
Prefeitura Municipal de Barreiras/BA.

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este estudo técnico preliminar visa justificar o Pregão Eletrônico para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, COM DISPONIBILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DE MOTORISTAS E OPERADORES, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE DE BARREIRAS/BA. DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

Processo Administrativo: Nº 26669/2025

ETP Nº 006/2025	Data da Elaboração: 17/04/2026
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte	
Servidor: Engenheiro Civil – Tiago de Carvalho Xavier	

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos pesados decorre de necessidade administrativa concreta e relevante, configurando-se como medida de interesse público voltada à garantia da continuidade, eficiência e qualidade dos serviços executados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes do Município de Barreiras – BA.

A Secretaria é responsável pela execução, coordenação e manutenção de serviços essenciais de infraestrutura urbana e rural, os quais demandam o uso contínuo e intensivo de veículos pesados e equipamentos especializados, abrangendo, dentre outras atividades:

- Transporte e distribuição de água;
- Transporte de materiais diversos;
- Execução de serviços de terraplenagem e manutenção de vias urbanas e rurais;
- Apoio logístico às frentes de obras;
- Movimentação e içamento de cargas;
- Execução de serviços complementares de infraestrutura.

O Município de Barreiras possui extensa área territorial, superior a 8.000 km², abrangendo a sede urbana e aproximadamente 149 comunidades rurais, cujo acesso se dá predominantemente por estradas vicinais não pavimentadas, com trechos que podem atingir até 70 km de extensão. A manutenção contínua dessa malha viária exige a utilização de frota robusta, diversificada e em plenas condições operacionais.

Entretanto, a atual frota própria municipal apresenta limitações quantitativas e qualitativas, além de elevado desgaste decorrente do uso contínuo, não sendo suficiente para atender, de forma eficiente, à totalidade das demandas operacionais existentes.

As condições climáticas da região do Oeste Baiano, marcadas por períodos de chuvas intensas — que provocam erosões, atoleiros e interdições de vias — seguidos por períodos de estiagem severa, impõem à Administração a necessidade de respostas rápidas e eficazes. A indisponibilidade de equipamentos adequados compromete diretamente:

- O escoamento da produção agropecuária;
- O transporte escolar rural;
- O acesso a serviços essenciais, como saúde e segurança pública;
- A mobilidade da população nas áreas mais remotas.

Nesse contexto, a demanda apresenta caráter contínuo, dinâmico e simultâneo, exigindo a disponibilização imediata de equipamentos em múltiplas frentes de trabalho.

A diversidade dos veículos a serem contratados atende a necessidades operacionais específicas e complementares, incluindo caminhões pipa, basculantes, prancha, caminhão Munck, caminhão tanque (limpa fossa), veículos de apoio logístico e caminhão comboio, garantindo suporte integral às atividades da Secretaria.

A contratação pretendida visa suprir a deficiência operacional existente, garantindo:

- Continuidade dos serviços públicos;
- Maior agilidade na execução das atividades;
- Atendimento simultâneo das demandas operacionais;
- Melhoria das condições de atendimento à população;
- Padronização e confiabilidade dos equipamentos utilizados.

A solução adotada contempla a locação de veículos pesados com manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada, com disponibilização obrigatória de motoristas para todos os veículos, bem como de operadores especializados para os equipamentos que exigem operação técnica específica, notadamente:

- Caminhão Munck;
- Caminhão Tanque (Limpa Fossa).

Essa configuração assegura maior segurança operacional, eficiência na execução dos serviços e adequada alocação de responsabilidades contratuais.

A opção pela locação da frota, em detrimento da aquisição, mostra-se mais vantajosa para a Administração, uma vez que:

- Assegura a disponibilidade imediata dos equipamentos;
- Transfere à contratada os custos e riscos relacionados à manutenção, reposição de peças, seguros e depreciação;
- Inclui a disponibilização de mão de obra qualificada (motoristas e operadores);
- Reduz custos administrativos e operacionais;
- Proporciona maior eficiência e flexibilidade na gestão da frota.

Destaca-se, ainda, que a presente contratação visa assegurar a continuidade dos serviços já executados no âmbito do Contrato nº 254/2021, mantendo o padrão operacional necessário ao atendimento das demandas da Secretaria.

Dessa forma, a solução proposta alinha-se aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, demonstrando-se adequada e necessária para o pleno atendimento das atribuições institucionais da Administração Municipal.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra-se devidamente inserida no planejamento da Administração Pública Municipal, estando alinhada às diretrizes institucionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes do Município de Barreiras – BA.

A demanda integra o conjunto de ações contínuas e permanentes da Secretaria, relacionadas à execução de serviços de infraestrutura urbana e rural, estando compatível com o planejamento estratégico e operacional do órgão.

A contratação está em conformidade com os instrumentos de planejamento orçamentário do Município, compreendendo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), havendo previsão de recursos suficientes para suportar a despesa durante toda a vigência contratual.

Registra-se que os quantitativos estimados e a definição da solução encontram respaldo no Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual consolidou o levantamento das necessidades administrativas e subsidiou o adequado planejamento da contratação.

A presente contratação encontra-se inserida no planejamento administrativo como medida necessária à transição contratual regular, considerando o encerramento da vigência do Contrato nº 254/2021, de modo a assegurar a manutenção da capacidade operacional da Secretaria sem interrupções.

Dessa forma, resta demonstrado que a contratação está devidamente planejada, prevista e compatível com os instrumentos legais e orçamentários da Administração Pública, atendendo aos requisitos necessários para sua regular execução.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e legais indispensáveis à adequada execução do objeto, garantindo eficiência, segurança, continuidade dos serviços públicos e conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

3.1. REQUISITOS GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratação consiste na locação de veículos pesados, com manutenção sob responsabilidade da contratada, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes.

A solução deverá contemplar a disponibilização de diferentes tipos de veículos, conforme as necessidades operacionais da Administração, incluindo, de forma exemplificativa:

- Caminhões pipa (10.000 L, 15.000 L e 20.000 L);
- Caminhões basculantes;
- Prancha carreta para transporte de máquinas;
- Caminhão Munck;
- Caminhão tanque (limpa fossa);
- Caminhões de apoio logístico (3/4 carroceria e baú);
- Caminhão comboio.

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, garantindo a disponibilidade dos veículos em quantitativo suficiente para atendimento simultâneo das demandas operacionais da Secretaria.

3.2. DISPONIBILIZAÇÃO DE MOTORISTAS E OPERADORES

A contratada deverá disponibilizar:

- **Motoristas devidamente habilitados para todos os veículos**, com CNH compatível com a categoria exigida;
- **Operadores especializados exclusivamente para:**
 - Caminhão Munck;
 - Caminhão Tanque (Limpa Fossa).

Os profissionais deverão possuir experiência comprovada e capacitação adequada para a execução das atividades.

3.3. CONDIÇÕES DOS VEÍCULOS

Os veículos deverão:

- Estar em plenas condições de funcionamento, segurança e operação contínua;
- Possuir documentação regular e atualizada;
- Atender às normas de trânsito e segurança vigentes;
- Estar equipados com todos os itens obrigatórios;

A Administração poderá realizar vistoria prévia e inspeções periódicas durante a execução contratual.

3.4. MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

A contratada será responsável por manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento durante toda a execução contratual, incluindo:

- Realização das manutenções necessárias ao pleno desempenho operacional;
- Substituição de peças e componentes;
- Correção de falhas mecânicas e elétricas.

Em caso de indisponibilidade, a contratada deverá providenciar a imediata regularização ou substituição do equipamento.

3.5. SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS

Em caso de falha, defeito ou inadequação, a contratada deverá substituir o veículo no prazo máximo de:

- 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus adicional para a Administração.

3.6. ABASTECIMENTO E CUSTOS OPERACIONAIS

O abastecimento de combustível será de responsabilidade da Administração Pública.

A contratada será responsável pelos demais custos operacionais relacionados à disponibilização e manutenção dos veículos.

3.7.SEGUROS E RESPONSABILIDADES

A contratada deverá:

- Manter seguros obrigatórios e cobertura contra danos a terceiros;
- Assumir integral responsabilidade por danos causados à Administração ou a terceiros;
- Garantir a regularidade dos veículos durante toda a execução contratual.

3.8.OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E LEGAIS

A contratada será responsável por:

- Encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- Vínculo empregatício dos motoristas e operadores;
- Cumprimento das normas de segurança do trabalho.

Não haverá vínculo entre os profissionais da contratada e a Administração.

3.9.SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis e adotar boas práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

3.10 DISPONIBILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

Os veículos deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

3.11.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONDIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

A licitante deverá comprovar sua qualificação técnica e capacidade operacional mediante a apresentação cumulativa dos seguintes documentos:

c) Comprovação de Capacidade Técnica (Atestados):

Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, em características, quantidades e complexidade operacional.

Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação, desde que demonstrem a execução de, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos relativos às parcelas de maior relevância do objeto, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL (100%)	QUANTIDADE MÍNIMA (50%)
1	Caminhões Pipa 10.000 L	2 unidades	1 unidade
2	Caminhões Pipa 15.000 L	4 unidades	2 unidades
3	Caminhões Pipa 20.000 L (Traçado)	6 unidades	3 unidades
4	Caminhões Basculantes 12 m ³	22 unidades	11 unidades
5	Prancha Carreta 20 toneladas	1 unidade	1 unidade
6	Caminhão 3/4	4 unidades	2 unidades
7	Caminhão Munck 4.000 kg	2 unidades	1 unidade

8	Caminhão Tanque (Limpa Fossa) 12 m ³	2 unidades	1 unidade
9	Caminhão Baú 9.000 kg	2 unidades	1 unidade
10	Caminhão de Abastecimento e Lubrificação	1 unidade	1 unidade

d) Comprovação da Disponibilidade e Aptidão Operacional da Frota (Laudo Técnico):

A licitante deverá apresentar **Laudo Técnico** referente a, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** dos equipamentos constantes do lote único, conforme quantitativos mínimos definidos na tabela acima.

O laudo deverá:

- Ser emitido por **profissional legalmente habilitado (Engenheiro Mecânico)**, com a devida **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**;
- Possuir **data de emissão inferior a 01 (um) ano**;
- Atestar expressamente a **qualidade, segurança e aptidão operacional dos veículos**.

Deverão constar, obrigatoriamente, no laudo:

- Identificação completa dos veículos (modelo, ano, número de série ou chassi);
- Registro fotográfico detalhado;
- Comprovação de propriedade ou disponibilidade (CRV, contrato ou nota fiscal);
- Checklist de inspeção técnica, contemplando, no mínimo:
 - V. **Segurança e sinalização:** cintos de segurança, extintor (validade e carga), buzina, alarme de ré, retrovisores e faixas refletivas;
 - VI. **Condições mecânicas e estruturais:** eixos, suspensão, mangueiras, conexões e pneus;
 - VII. **Sistema elétrico e iluminação:** faróis, setas, lanternas, luzes de freio e integridade da fiação;
 - VIII. **Motor e sistemas auxiliares:** filtros, óleos (motor e hidráulico), sistema de arrefecimento e sistema de partida.

A exigência de apresentação concomitante de atestados de capacidade técnica e laudo técnico da frota fundamenta-se na necessidade de comprovação **não apenas da experiência pretérita da licitante**, mas também da **efetiva disponibilidade e adequação dos equipamentos a serem empregados na execução contratual**.

Tal medida visa mitigar riscos de inexecução, paralisação dos serviços e utilização de equipamentos inadequados, assegurando a continuidade, eficiência e segurança operacional dos serviços públicos.

O percentual mínimo de **50% (cinquenta por cento)** foi estabelecido com base em critério de razoabilidade, garantindo uma amostragem representativa da frota, sem comprometer a competitividade do certame.

A exigência encontra respaldo no art. 42, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

3.12.PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

A contratada deverá apresentar, como condição para início da execução contratual, os seguintes documentos com validade vigente:

- Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).

3.13.REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO (CRA)

A exigência fundamenta-se na natureza complexa e gerencial da contratação, que transcende a mera locação de veículos. A empresa contratada será responsável pela gestão contínua de uma força de trabalho operacional (motoristas e operadores), o que envolve atividades de planejamento e gestão de escalas, substituição de profissionais, coordenação logística em múltiplas frentes e controle operacional e administrativo das equipes. Essas atribuições, que envolvem

organização, planejamento, controle e direção de recursos humanos e materiais, são típicas da área de Administração, conforme a Lei Federal nº 4.769/1965. A presença de um profissional ou empresa registrada no CRA-BA assegura que a gestão desses aspectos críticos será conduzida por profissionais habilitados e fiscalizados por um órgão de classe, garantindo a qualidade técnica e a conformidade com as melhores práticas de gestão, minimizando riscos de falhas operacionais e trabalhistas para a Administração Pública.

3.14.COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

A licitante deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços objeto desta contratação. Em conformidade com o parágrafo 5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será admitido o somatório de atestados de períodos diferentes para a comprovação desse prazo, não havendo a obrigatoriedade de que os 3 (três) anos sejam ininterruptos.

A exigência fundamenta-se na complexidade e criticidade das operações, que demandam um alto grau de especialização, maturidade na gestão de equipes e capacidade de resposta a imprevistos operacionais e logísticos. A experiência prévia de 3 anos assegura que a empresa possui um histórico comprovado de atuação, o que se traduz em maior segurança, eficiência e redução de riscos de interrupção dos serviços públicos essenciais para o Município de Barreiras.

3.15.SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL

Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até **50% (cinquenta por cento) da frota**, desde que **previamente aprovada pela Administração**.

A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da contratada pela execução do contrato, nem poderá comprometer a qualidade, a padronização e a continuidade dos serviços.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A presente estimativa de quantitativos tem por finalidade fundamentar, de forma técnica e objetiva, a necessidade de contratação de serviços de locação de veículos pesados para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes do Município de Barreiras – BA.

As estimativas foram elaboradas com base na análise da série histórica de utilização dos serviços, especialmente o Contrato nº 254/2021, no planejamento operacional da Secretaria e nas características territoriais e logísticas do município, considerando a necessidade de atuação simultânea em múltiplas frentes de trabalho.

4.1.PREMISSAS DE CÁLCULO

Para fins de dimensionamento, adotou-se como referência a utilização estimada por veículo ao longo de 12 meses, contemplando dias úteis, eventuais demandas operacionais aos sábados e serviços emergenciais.

A base de cálculo padrão considera a média de **23 (vinte e três) dias mensais**, resultando em **276 dias operacionais por veículo ao ano**. Contudo, para itens com especificidades técnicas de manutenção ou demandas operacionais distintas (como os itens 1.2, 1.3 e 1.8), o índice foi ajustado para **22 ou 21 dias mensais**, garantindo o equilíbrio entre a disponibilidade da frota e a economicidade dos recursos.

A fórmula base aplicada é:

$$\text{Total de Diárias} = \text{Quantidade de Veículos} \times \text{Média Mensal (21 a 23 dias)} \times 12 \text{ meses}$$

4.2.PLANILHA DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	DIÁRIAS 12 MESES	REQUISITOS MÍNIMOS
1.0 ALUGUEL DE VEÍCULOS PESADOS				
1.1	Caminhão Pipa 10.000 L	2	552	Tanque em aço de 10.000L, equipado com bomba de recalque, esguichos (frontal/traseiro), barra espargidora e mangueiras. Inclui motorista habilitado.
1.2	Caminhão Pipa 15.000 L	4	1.056	Tanque em aço de 15.000L, equipado com bomba de recalque, esguichos (frontal/traseiro), barra espargidora e mangueiras. Inclui motorista habilitado.
1.3	Caminhão Pipa 20.000 L (Traçado 6x4)	6	1.512	Tração 6x4, tanque em aço de 20.000L, equipado com bomba de recalque, esguichos, barra espargidora e mangueiras. Inclui motorista habilitado.

1.4	Caminhão Basculante 12 m ³ (Truck)	22	6.072	Caçamba de 12 m ³ com acionamento hidráulico reforçado e sistema de segurança (trava e sinalização). Inclui motorista habilitado.
1.5	Pracha Carreta 3 eixos	1	276	Capacidade mínima de 20 toneladas, equipada com rampas hidráulicas ou manuais para acesso de máquinas. Inclui motorista habilitado.
1.6	Caminhão 3/4 (Carroceria)	4	1.104	Capacidade mínima de 7.000 Kg, equipado com carroceria de madeira ou metal em perfeitas condições. Inclui motorista habilitado.
1.7	Caminhão Munk	2	552	Capacidade mínima de içamento de 4.000 Kg, com lança de alcance compatível e patolas de estabilização. Inclui operador habilitado e Motorista habilitado.
1.8	Caminhão Tanque (Limpa Fossa)	2	504	Tanque de 12 m ³ , equipado com bomba de vácuo de alta sucção e mangotes de 50 metros. Inclui operador habilitado.
1.9	Caminhão Baú	2	552	Capacidade mínima de 9.000 Kg, baú fechado com portas traseiras e sistema de vedação contra intempéries. Inclui motorista habilitado.
1.10	Caminhão de Abastecimento (Comboio)	1	276	Tanque de diesel 5.000 L, compartimentos selados para óleos lubrificantes e água. Inclui motorista habilitado.

4.3.MEMÓRIA DE CÁLCULO

A definição dos quantitativos decorre da aplicação da metodologia detalhada nas premissas (4.1):

- **Itens 1.1, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.9 e 1.10:** Cálculo baseado em **23 dias/mês** (Total: 276 diárias/veículo);
- **Item 1.2:** Cálculo baseado em **22 dias/mês** (Total: 264 diárias/veículo);
- **Itens 1.3 e 1.8:** Cálculo baseado em **21 dias/mês** (Total: 252 diárias/veículo).

4.4.CONSOLIDAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

- **Quantidade total de veículos:** 46 unidades;
- **Quantidade total de diárias estimadas:** 12.456 diárias.

4.5.JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ADEQUAÇÃO

Os quantitativos refletem a necessidade das frentes de serviço da Secretaria, abrangendo obras urbanas, rurais e suporte logístico. A variação nas diárias por veículo (21 a 23 dias) é uma medida de **precisão técnica** que observa o princípio da **economicidade** da Lei nº 14.133/2021, adequando a contratação à realidade do uso efetivo de cada equipamento e seus intervalos de manutenção.

4.6.ADEQUAÇÃO E RAZOABILIDADE

Os quantitativos estimados demonstram-se adequados, proporcionais e suficientes para o atendimento da demanda identificada, observando-se:

- A compatibilidade com a realidade operacional do Município;
- A eficiência na alocação dos recursos públicos;
- A mitigação de riscos de subdimensionamento ou superdimensionamento;
- A observância aos princípios da economicidade e eficiência.

Diante do exposto, conclui-se que a estimativa apresentada atende aos critérios técnicos e administrativos necessários à adequada contratação, estando fundamentada em dados históricos, planejamento institucional e análise das necessidades operacionais.

Dessa forma, os quantitativos propostos asseguram a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções existentes capazes de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, considerando a complexidade logística do Município de Barreiras e a natureza contínua das intervenções de engenharia e manutenção.

5.1..ANÁLISE DAS SOLUÇÕES EXISTENTES

Foram avaliadas as seguintes alternativas tecnológicas e metodológicas:

1. **Execução Direta com Frota Própria:** Esta alternativa exigiria a aquisição imediata de 46 veículos pesados (CAPEX elevado). Além do alto investimento inicial, o Município teria que estruturar oficina própria, almoxarifado de peças, contratar mecânicos e gestores de frota, além de arcar com a depreciação e a inatividade dos veículos em períodos de manutenção. Esta solução mostrou-se inviável devido ao tempo necessário para implementação e ao custo de manutenção de ativos obsoletos.
2. **Locação de Veículos e Equipamentos (Solução Escolhida):** O mercado regional e nacional oferece empresas especializadas que disponibilizam frotas modernas com manutenção integral inclusa. Esta modalidade transforma custos fixos em variáveis (OPEX), garante a substituição imediata de equipamentos avariados (em até 24h, conforme previsto no TR) e transfere o risco de obsolescência e desvalorização para o particular.

5.2.CAPACIDADE DO MERCADO E COMPETITIVIDADE

A análise do setor de locação de máquinas e veículos pesados demonstrou que:

- **Amplitude de Oferta:** Existe um número satisfatório de empresas com sede ou suporte operacional no Oeste Baiano capazes de atender ao quantitativo e à diversidade da frota solicitada.
- **Especialização Técnica:** O mercado dispõe de tecnologia adequada para o cumprimento das exigências do Termo de Referência, incluindo veículos com especificações ambientais vigentes (motores Proconve P7/Euro 5 ou superior) e equipamentos auxiliares de segurança.
- **Modelo de Remuneração:** A prática de mercado por "diária disponível" alinha-se perfeitamente à necessidade da Administração de pagar apenas pelo período em que o equipamento estiver efetivamente apto para o serviço.

5.3.JUSTIFICATIVA DO LOTE ÚNICO (INTEGRAÇÃO OPERACIONAL)

Embora o mercado possibilite a divisão em itens, o levantamento técnico indica que a contratação em Lote Único é a mais adequada. A interdependência entre os veículos em uma mesma frente de serviço (ex: o caminhão comboio que abastece o basculante, que por sua vez é apoiado pelo caminhão pipa na compactação de vias) exige que o gerenciamento logístico seja centralizado em uma única contratada. A divisão do lote poderia gerar conflitos de responsabilidade entre diferentes empresas, comprometendo a eficiência e o cronograma das obras públicas.

Conclui-se que a locação de veículos pesados, com manutenção e mão de obra inclusas (para os itens específicos), é a solução que melhor aproveita as oportunidades de mercado, garantindo a modernização da frota à disposição da Secretaria e assegurando o melhor custo-benefício para o erário municipal, em estrita observância ao princípio da eficiência.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em estrita observância ao art. 18, § 1º, VI, e aos parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, visando refletir os preços praticados no mercado e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para o Município de Barreiras.

6.1.METODOLOGIA E SÉRIE HISTÓRICA

A metodologia para definição do valor estimado da contratação utiliza como parâmetro a análise da série histórica de contratações desta municipalidade, em especial o Contrato nº 254/2021 e seus aditivos, dada a identidade técnica e

operacional com o objeto pretendido. Complementarmente, a pesquisa de preços é realizada pelo Setor de Compras mediante a utilização de fontes diversas e atualizadas de mercado, incluindo a consulta obrigatória ao Painel de Preços do PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), assegurando que o valor de referência reflita fielmente os preços atuais de mercado e garanta a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6.2. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E AJUSTES DE MERCADO

Para a definição do valor de referência atualizado, foi aplicada metodologia de recomposição baseada em:

1. **Variações de Mercado:** Análise da oscilação dos custos de insumos (pneus, peças, lubrificantes) e manutenção de veículos pesados.
2. **Cálculo de Atualização:** Utilização da ferramenta **BCB – Calculadora do Cidadão** para atualização dos valores históricos frente aos índices inflacionários do setor, garantindo a exequibilidade do preço de referência.

6.3. SIGILO DO VALOR DE REFERÊNCIA

Em conformidade com o disposto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública Municipal opta pelo caráter sigiloso do valor de referência até a conclusão da fase de lances da licitação. Esta medida estratégica visa:

- Incentivar a competitividade real entre os licitantes;
- Evitar que as propostas sejam formuladas apenas com base no limite máximo aceitável pela Administração;
- Garantir a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa.

Nesse caso, o detalhamento dos valores e a pesquisa de preços integral constam em anexo classificado, com acesso restrito aos órgãos de controle e aos agentes públicos autorizados, até o momento oportuno do certame.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

A solução escolhida compreende a locação de uma frota de 46 veículos pesados, estruturada para garantir a máxima disponibilidade operacional da Secretaria de Infraestrutura, com transferência do ônus de manutenção e gestão de ativos para o parceiro privado.

7.1. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço não se limita à mera entrega dos veículos, englobando um pacote de gestão integrada que inclui:

- **Locação com Mão de Obra:** Disponibilização de motoristas para todos os itens e operadores especializados para os itens 1.8 (Limpa Fossa) e 1.10 (Comboio).
- **Gestão de Manutenção:** Manutenção preventiva (troca de óleos, filtros e revisões programadas) e corretiva (reparos mecânicos, elétricos e substituição de pneus) sob total responsabilidade da contratada.
- **Insumos e Logística:** Fornecimento de todos os lubrificantes, peças e ferramentas necessárias para a operação, exceto o combustível, que será fornecido pela Administração.
- **Seguros e Regularização:** Manutenção de licenciamento, seguros obrigatórios e cobertura contra danos a terceiros vigentes durante todo o período.

7.2. CICLO DE VIDA DO OBJETO

O ciclo de vida da contratação foi planejado para cobrir todas as fases da necessidade administrativa:

1. **Fase de Mobilização (Início):** Prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato para a entrega dos veículos em Barreiras/BA, devidamente inspecionados e com laudos técnicos (ART) conforme exigido.
2. **Fase de Operação (Execução):** Utilização intensiva dos veículos em frentes de trabalho urbanas e rurais. Nesta fase, o ciclo de vida é sustentado pela prontidão logística, onde qualquer falha deve ser sanada ou o veículo substituído em até 24 horas para evitar a descontinuidade do serviço público.
3. **Fase de Manutenção e Sustentabilidade (Meio):** Acompanhamento periódico do estado de conservação. A solução prevê a renovação indireta da frota, uma vez que a contratada deve manter veículos em excelente estado, mitigando o risco de obsolescência tecnológica e ambiental (emissão de poluentes).

4. **Fase de Desmobilização (Encerramento):** Ao final dos 12 meses (ou término contratual), os veículos retornam à contratada sem que o Município possua passivos de descarte, leilão de veículos inservíveis ou custos de desativação de oficinas.

7.3.RESULTADOS ESPERADOS

Com esta visão de ciclo de vida, a Administração busca:

- **Eficiência Técnica:** Equipamentos modernos e adequados à topografia da região;
- **Economicidade:** Pagamento por disponibilidade (diária), eliminando custos fixos de uma frota parada;
- **Segurança Jurídica:** Transferência de riscos trabalhistas e civis para a empresa especializada, resguardando o erário municipal.

8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada mediante a formação de um Lote Único compreendendo todos os itens da frota, em que pese a regra geral de parcelamento prevista no art. 40 da Lei nº 14.133/2021. Tal decisão fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade e na natureza técnica das atividades de infraestrutura, conforme os seguintes pontos:

8.1.INTERDEPENDÊNCIA OPERACIONAL E LOGÍSTICA

As frentes de serviço da Secretaria de Infraestrutura (manutenção de estradas vicinais, pavimentação e obras de drenagem) exigem a atuação coordenada e simultânea de diversos equipamentos. A execução de uma via rural, por exemplo, requer a sincronia entre o Caminhão Basculante (transporte de cascalho), o Caminhão Pipa (umectação para compactação) e o Caminhão Comboio (abastecimento da patrulha mecanizada).

- A fragmentação da frota entre diferentes fornecedores elevaria o risco de paralisia: se o fornecedor de um item falhar, toda a cadeia produtiva das demais empresas ficaria ociosa, gerando prejuízo ao erário e atraso no cronograma de obras.

8.2.ECONOMIA DE ESCALA E REDUÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS

O agrupamento dos 46 veículos em um único lote atrai empresas com maior robustez financeira e capacidade logística. Isso permite que a contratada mantenha em Barreiras uma infraestrutura centralizada de suporte (pátio, oficina móvel e estoque de peças), reduzindo o custo unitário da diária e facilitando a mobilização imediata dos veículos para as frentes de trabalho.

8.3.UNICIDADE DE RESPONSABILIDADE E GESTÃO CONTRATUAL

A gestão de um contrato único permite uma fiscalização mais rigorosa e simplificada.

- **Fiscalização:** O gestor de contratos possui um único interlocutor para cobrança de substituições (em até 24h) e manutenção.
- **Risco de Conflito:** Evita-se o "conflito de responsabilidades" entre empresas distintas em uma mesma frente de serviço, garantindo que o fluxo logístico de abastecimento e suporte técnico seja uniforme.

8.4.PADRONIZAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

O Lote Único assegura a padronização dos procedimentos de segurança, dos treinamentos de motoristas/operadores e dos laudos técnicos exigidos. Essa uniformidade é crítica para garantir que todos os veículos operem sob o mesmo rigor de manutenção e normas de segurança do trabalho (PGR, PCMSO e LTCAT), conforme detalhado nos requisitos de habilitação.

Diante da interdependência técnica e dos ganhos em eficiência administrativa, o não parcelamento demonstra-se como a estratégia que melhor atende ao interesse público, garantindo a integridade das operações de infraestrutura do Município e o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação da solução de locação de veículos pesados visa alcançar resultados estratégicos e operacionais que otimizem a atuação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes. Os principais resultados esperados são:

9.1.EFICIÊNCIA OPERACIONAL E DISPONIBILIDADE

- **Garantia de Pronto Atendimento:** Assegurar que as frentes de trabalho urbanas e rurais disponham de equipamentos em perfeito estado, reduzindo o tempo de resposta em manutenções de vias e obras emergenciais.
- **Redução do "Tempo de Máquina Parada":** Através da obrigação de substituição de veículos em até 24 horas, espera-se eliminar a ociosidade das equipes de campo causada por falhas mecânicas prolongadas.

9.2.ECONOMICIDADE E PREVISIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

- **Otimização de Custos:** Substituir os custos elevados e imprevisíveis de manutenção de frota própria (peças, oficinas, pneus) por um custo fixo mensal (diária disponível), permitindo um planejamento orçamentário mais preciso.
- **Eliminação de Custos Indiretos:** Isentar o Município de gastos com licenciamento, IPVA, seguros e a natural depreciação de ativos pesados que sofrem desgaste severo na região.

9.3.IMPACTO SOCIAL E INFRAESTRUTURA

- **Melhoria da Trafegabilidade:** Garantir o escoamento da produção agrícola e o trânsito seguro do transporte escolar nas mais de 149 comunidades rurais de Barreiras, independentemente das condições climáticas (estiagem ou chuvas).
- **Continuidade de Serviços Essenciais:** Manutenção ininterrupta do abastecimento de água via caminhões pipa e dos serviços de esgotamento sanitário (limpa fossa) em prédios públicos.

9.4.SEGURANÇA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

- **Mitigação de Riscos Trabalhistas:** Transferência da responsabilidade sobre encargos e gestão de pessoal para a contratada, resguardando o Município de passivos judiciais.
- **Padronização Técnica:** Garantia de que a frota utilizada atende a requisitos modernos de segurança e sustentabilidade (controle de emissões), conforme os laudos técnicos e ARTs exigidos no Termo de Referência.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em conformidade com o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Infraestrutura e os ditames da Lei nº 14.133/2021, as seguintes providências serão adotadas para assegurar a regularidade e a eficácia da contratação:

10.1.INSTRUÇÃO PROCESSUAL E PLANEJAMENTO

- **Elaboração do Termo de Referência:** Detalhamento rigoroso dos critérios técnicos, exigências legais, cláusulas contratuais e, especialmente, da metodologia de medição e pagamento (baseada na disponibilidade e diária operada).
- **Pesquisa de Preços:** Condução de pesquisa com base em bancos oficiais e cotações formais, contemplando a matriz de custos integral da solução (manutenção, seguro e mão de obra especializada).
- **Verificação Orçamentária:** Confirmação de disponibilidade orçamentária compatível com o vulto da contratação para garantir o fluxo de pagamentos.

10.2.FASE EXTERNA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- **Minuta de Edital e Contrato:** Elaboração dos instrumentos convocatórios em estrita conformidade com o art. 17 da Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança jurídica ao certame.
- **Condução do Processo Licitatório:** Realização da licitação (Pregão Eletrônico) pautada nos princípios da legalidade, eficiência e busca pela proposta economicamente mais vantajosa para o Município de Barreiras.

10.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- **Designação de Fiscais:** Publicação de portaria para designação formal do gestor e dos fiscais do contrato, conforme exigido pelo art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o acompanhamento técnico imediato após a assinatura.

10.4. PROVIDÊNCIAS OPERACIONAIS (PRÉ-INÍCIO)

- **Vistoria e Recebimento:** Realização de inspeção física e documental de 100% da frota ofertada pela vencedora antes da emissão da primeira ordem de serviço, verificando o estado de conservação, dispositivos de segurança e validade dos laudos técnicos (ART). 8. Logística de Abastecimento: Alinhamento interno para garantir que o fornecimento de combustível por parte da Administração esteja disponível para a nova frota desde o dia da mobilização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise técnica identificou que a execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar possui uma interdependência direta e crítica com o fornecimento de combustíveis por parte da Administração Municipal.

11.1 FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (DIESEL S-10)

- **Natureza da Interdependência:** Conforme estabelecido nas diretrizes desta contratação, o ônus do abastecimento é de responsabilidade exclusiva da Prefeitura de Barreiras. A locação abrange o veículo, a manutenção, o seguro e, em casos específicos, a mão de obra, mas a energia motriz (combustível) é provida pelo contratante.
- **Impacto Operacional:** A inexistência ou interrupção do contrato de fornecimento de combustível torna a frota locada inoperante. Como a Administração paga pela diária de disponibilidade, qualquer falha no abastecimento resultaria em pagamento por veículos parados, gerando prejuízo ao erário e solução de continuidade nas obras de infraestrutura.
- **Providência:** Deve-se assegurar que o contrato de fornecimento de Diesel S-10 possua saldo e vigência compatíveis com o período de 12 meses desta locação, garantindo que o ciclo de vida do serviço não seja interrompido por falta de insumo básico.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi planejada sob a ótica da sustentabilidade e conformidade ambiental, visando minimizar os impactos decorrentes da operação de frota pesada e da manutenção mecânica.

A tabela abaixo detalha os principais impactos identificados e as respectivas medidas mitigadoras que deverão ser observadas pela contratada e pela fiscalização municipal:

Aspecto Ambiental	Impacto Identificado	Medida Mitigadora / Requisito do TR
Emissões Atmosféricas	Lançamento de CO ₂ , NO _x e material particulado (fumaça preta).	Exigência de veículos em conformidade com o PROCONVE (Euro 5/P7 ou superior) . Manutenção rigorosa do sistema de injeção e escapamento.
Resíduos Líquidos	Contaminação do solo e lençol freático por óleo lubrificante e fluidos.	Proibição de manutenção corretiva com troca de fluidos em campo. A contratada deve realizar descartes apenas em locais licenciados (Logística Reversa).
Resíduos Sólidos	Geração de pneus inservíveis, filtros usados e baterias.	Responsabilidade integral da contratada pelo descarte adequado, comprovando a destinação final conforme as normas do CONAMA.

Eficiência Energética	Consumo elevado de recursos não renováveis.	Utilização de Diesel S-10 (fornecido pelo Município) e treinamento de motoristas para condução econômica e redução da marcha lenta.
Poluição Sonora	Ruído excessivo em áreas urbanas e zonas de silêncio (escolas/hospitais).	Manutenção obrigatória dos silenciadores e respeito aos limites de ruído da legislação municipal de Barreiras.
Preservação de Vias	Degradação do solo e erosão em estradas vicinais.	Escolha adequada da frota (eixos e tração) para evitar patinagem e danos excessivos ao leito das estradas vicinais durante as chuvas.

12.1.DIRETRIZES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A fiscalização do contrato atuará na verificação da fumaça emitida pelos veículos e no controle de possíveis vazamentos de óleo durante a permanência nos pátios municipais. Eventuais danos ambientais causados por negligência na manutenção da frota locada serão de inteira responsabilidade civil e administrativa da empresa contratada.

13. ANÁLISE DE RISCOS

A gestão de riscos desta contratação foi estruturada com base na identificação, análise e tratamento de eventos que possam impactar o alcance dos resultados pretendidos. Utilizou-se a matriz de probabilidade e impacto de 25 níveis, conforme o mapeamento técnico realizado pela Secretaria.

13.1.MATRIZ DE RISCOS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Evento de Risco	Nível (1-25)	Impacto	Medida de Tratamento (Prevenção e Contingência)
Atraso na mobilização da frota (superar 5 dias)	10	Médio	Prevenção: Exigência de declaração de disponibilidade. Contingência: Aplicação de multa moratória e convocação do remanescente.
Inoperatividade por falha na manutenção (Contratada)	16	Alto	Prevenção: Vistorias periódicas e exigência de laudos com ART. Contingência: Substituição obrigatória em até 24h e glosa das diárias.
Indisponibilidade de combustível (Município)	20	Muito Alto	Prevenção: Monitoramento contínuo do saldo e vigência do contrato de Diesel S-10. Contingência: Gestão prioritária do insumo para evitar pagamento de diária ociosa.
Descumprimento de obrigações laborais/SST	12	Médio	Prevenção: Exigência de PGR, PCMSO e LTCAT na habilitação. Contingência: Retenção de pagamentos até a regularização dos encargos.
Sinistros ou danos a terceiros	15	Médio	Prevenção: Exigência de apólice de seguro vigente para todos os veículos. Contingência: Responsabilização civil direta da contratada conforme cláusula contratual.

14. POSICIONAMENTO QUANTO À VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base no levantamento das necessidades, na análise de mercado, na memória de cálculo dos quantitativos e no mapeamento de riscos, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela total viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada para locação de veículos pesados.

A solução adotada apresenta-se como a mais vantajosa para o Município de Barreiras, pois garante a continuidade dos serviços de infraestrutura urbana e rural, transfere o risco de manutenção para o setor privado e mantém o foco da Administração na execução das políticas públicas.

15. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante dos elementos técnicos, operacionais e econômicos consolidados neste Estudo Técnico Preliminar, declara-se **VIÁVEL** a contratação pretendida. A solução proposta mostra-se razoável e alinhada ao interesse público, restando demonstrado que:

- **Necessidade:** É essencial para garantir a continuidade dos serviços de infraestrutura urbana e rural, assegurando a disponibilidade imediata de veículos pesados;
- **Adequação:** Atende integralmente às demandas operacionais da Secretaria, com especificações técnicas compatíveis com a topografia e os serviços da região;
- **Viabilidade:** Mostra-se exequível sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário, com matriz de riscos definida e infraestrutura de fiscalização pronta;
- **Razoabilidade:** Os quantitativos e o modelo de execução (Lote Único com fornecimento de combustível pelo Município) são proporcionais à demanda real da Administração e garantem a melhor eficiência logística.

Barreiras/BA, 17 de abril de 2026

TIAGO DE CARVALHO XAVIER

Assessor de Gabinete – Gestor de Contratos

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes

Prefeitura Municipal de Barreiras/BA

ANEXO III
MINUTA CONTRATUAL

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº **26669/2025**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, DE FORMA ATENDER AS NECESSIDADES DESTES MUNICÍPIO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA**. Devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 26669/2025, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

4.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento, incluindo boletins de medição com demonstrativo de execução dos serviços.

4.2. O pagamento será realizado mediante apresentação da nota fiscal correspondente a execução do serviço em até 20 (vinte) dias após o atesto da Secretaria Solicitante.

4.3. Para efeito de pagamento, a Contabilidade consultará a regularidade da empresa junto ao SICAF. Se constar documentos vencidos ou não estando à mesma cadastrada no Sistema, deverá apresentar os seguintes documentos:

- I. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- II. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- III. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- IV. Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

4.4. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA- REAJUSTE DE PREÇOS

5.1. O contrato poderá ser reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado que serviu de base para a contratação, adotando-se como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, na forma do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.7.O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.8.Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.9.A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.10.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.11.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.12.Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.

8.13.Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.14.O servidor responsável pela fiscalização do contrato e pela gestão do mesmo será feito por meio de portaria de nomeação publicada no diário oficial do município.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1.VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais.

Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e do contrato.

10.2.Disponibilizar veículos em condições adequadas de uso, segurança e operação contínua

10.3.Fornecer motoristas devidamente habilitados e operadores qualificados, quando aplicável, sendo de sua inteira responsabilidade a contratação, gestão e substituição desses profissionais.

10.4.Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo substituição de peças e componentes.

10.5.Substituir veículos ou profissionais sempre que constatada inadequação, no prazo estabelecido.

10.6.Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

10.7.Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

10.8.Manter seguros obrigatórios e cobertura contra danos a terceiros.

10.9.Subcontratar somente nas condições previstas neste Termo de Referência.

10.10.Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações solicitadas.

10.11.Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.12.Comunicar à Administração quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1.Fornecer as informações necessárias para a execução dos serviços;

11.2.Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

11.3.Notificar a contratada sobre irregularidades verificadas;

11.4.Efetuar os pagamentos devidos, conforme condições estabelecidas;

11.5.Disponibilizar o combustível necessário à operação dos veículos;

11.6.Emitir atestado de capacidade técnica, quando solicitado, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

12.1.Os veículos deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato.

12.2.A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, conforme a demanda da Administração, atendendo às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte.

12.3.Os veículos deverão ser apresentados, preferencialmente, na Garagem Municipal da Prefeitura de Barreiras, localizada na Rua das Turbinas, Bairro Barreirinhas, ou em outro local previamente definido pela CONTRATANTE.

12.4.A utilização dos veículos será formalizada por meio de requisições ou ordens de serviço emitidas pela Administração, contendo as informações essenciais para a execução dos serviços, tais como identificação da demanda, local e período de utilização.

12.5.Em caso de falha, defeito ou inadequação dos veículos, a contratada deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus adicional para a Administração.

12.6.Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não obrigando a Administração à sua utilização integral, sendo a execução condicionada à necessidade do serviço.

12.7.GARANTIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

12.7.1.Os veículos deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, com todas as manutenções preventivas e corretivas devidamente realizadas.

12.7.2.Caso sejam constatadas irregularidades, a contratada deverá promover a imediata substituição do veículo, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

14.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV. Multa:

- 1. moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
- 2. multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- 3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

15.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

15.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

15.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

15.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

15.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

15.12. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até **50% (cinquenta por cento)** da frota, desde que previamente aprovada pela Administração.

18.2 A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da contratada pela execução do contrato, nem poderá comprometer a qualidade, padronização e continuidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Unidade: 03.14.01 – Sec. Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte

Projeto/Atividade: 20479 – Estruturação e Reequipamento da Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serv. Públicos e transportes.

Classificação orçamentária: 33.90.39- Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500- Recursos não vinculados de impostos

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

20.1. Garantia Contratual Será exigida garantia da execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, a ser apresentada no momento da assinatura, conforme art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Barreiras/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VI
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(Em papel timbrado da empresa)

[Denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[Endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXX				

OBSERVAÇÕES:

1- Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.